

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
Mestrado em Educação

MARIA CRISTINA MUÑOZ FRANCO

**"JOGOS DISCURSIVOS E GOVERNAMENTALIDADE:
TECENDO EFEITOS DE SENTIDO SOBRE
SUSTENTABILIDADE"**

Itatiba
2013

MARIA CRISTINA MUÑOZ FRANCO – RA 002201200629

**"JOGOS DISCURSIVOS E GOVERNAMENTALIDADE:
TECENDO EFEITOS DE SENTIDO SOBRE
SUSTENTABILIDADE"**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora Prof^a Dra Alexandrina Monteiro

Itatiba
2013

800.1 Franco. Maria Cristina Muñoz

F896j Jogos discursivos e governamentalidade: tecendo efeitos de sentido sobre sustentabilidade. / Maria Cristina Muñoz Franco. -- Itatiba, 2013.
86 p.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco.
Orientação de: Alexandra Monteiro.

1. Discurso. 2. Sustentabilidade. 3. Governamentalidade.
4. Estudos foucaultianos. I. Monteiro, Alexandra. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelas bibliotecárias do Setor de
Processamento Técnico da Universidade São Francisco.



UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM EDUCAÇÃO

Maria Cristina Muñoz Franco defendeu a dissertação “JOGOS DISCURSIVOS E GOVERNAMENTALIDADE: TECENDO EFEITOS DE SENTIDO SOBRE SUSTENTABILIDADE” aprovada no Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco em 12 de novembro de 2013 pela Banca examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Alexandrina Monteiro
Orientadora e Presidente

Profa. Dra. Jackeline Rodrigues Mendes
Examinadora

Prof. Dr. Alfredo José da Veiga Neto
Examinador

Dedico este trabalho aos professores, parceiros e amigos da jornada socioambiental, que de alguma forma contribuíram para minha formação como sujeito que sonha, acredita e age para a formação de sociedades sustentáveis.

Agradecimento

Agradeço a minha família pelo apoio e incentivo, a meu marido pelo estímulo e paciência que sempre demonstrou durante a realização desta pesquisa.

Agradeço de forma especial à professora Dra. Alexandrina Monteiro, pelo exemplo de profissionalismo e pelas lições que ultrapassam os espaços formais de educação, demonstrando respeito e preocupação real com seus alunos.

A suspeita sobre o próprio pensamento e suas pretensas verdades, a dúvida constante, a crítica radical, a experimentação cuidadosa e a permanente releitura do que parece já dado e tranquilo demandam esforços em geral extraordinários; mas são quase sempre compensadores. Tais esforços nos premiam com entendimentos mais refinados sobre o presente e nos abrem possibilidades para o futuro. Além disso, eles também ativam nossas indagações e atiçam nossas indignações. Entender o presente, abrir-se para o futuro, saber indagar e conseguir indignar-se são o combustível para um pensamento relevante e para uma ação consequente. De certa maneira, esse combustível alimenta o circuito onde se situam as célebres questões nietzschianas acerca do presente — “que estão os outros fazendo de nós?”, “que estamos nós fazendo de nós mesmos?”.

Tudo isso vale a pena.

VEIGA-NETO; LOPES, 2010

RESUMO

A emergência das questões ambientais pode ser considerada uma das principais marcas da Contemporaneidade, e é nesse contexto que os discursos sobre sustentabilidade emanam como mantras sobre as formas de entender os problemas e encaminhar possíveis soluções. Considerando os discursos como práticas que geram significados e que constituem os sujeitos através das subjetivações criadas pelos próprios discursos, proponho neste trabalho uma análise discursiva sobre sustentabilidade com base no encarte do projeto Planeta Sustentável, publicado na Revista Nova Escola abordando a conferência Rio + 20, em que me interessa problematizar os efeitos de sentido desse discurso e de que forma eles atravessam as práticas de educação ambiental. Este trabalho pauta-se na perspectiva discursiva, pós-estruturalista e foucaultiana, fazendo uso do conceito de governamentalidade como ferramenta analítica para examinar a complexidade das relações envolvidas em práticas de governo através das quais a verdade é produzida.

Palavras chave: discurso, sustentabilidade, governamentalidade e estudos foucaultianos.

ABSTRACT

The emergence of environmental issues can be considered one of the leading characteristics of contemporaneity, and it is in this context that the discourses on sustainability emanate as mantras on ways to understanding the problems and providing possible solutions. Considering discourses as practices that generate meanings and constitute the subject through subjectivity created by the discourses themselves, I propose, in this study, a discourse analysis on sustainability based on the booklet of the project Planeta Sustentável, published in Nova Escola magazine addressing the conference Rio + 20. I am interested in questioning the sense effects produced by this discourse and how they influence the environmental education. This paper is discourse perspective, post-structuralist and Foucauldian studies based, making use of the concept of governmentality as an analytical tool to examine the complexity of the relationships involving governmentality which produce the truth.

Keywords: discourse, sustainability, governmentality and Foucauldian studies.

SUMÁRIO

1. Os fios que tecem.....	11
1.1. Construções e desconstruções.....	12
1.2. Pontos do meu tear.....	15
2. De onde partem esses fios? Contexto da educação ambiental no século XXI.....	21
2.1. Marcos legais e atributos da educação ambiental.....	24
2.1.1. Transversalidade e Interdisciplinaridade.....	26
3. Governamentalidade como tear.....	32
3.1 Ecogovernamentalidade: um dos pentes do tear.....	37
4. Um tipo de tecido: encarte Planeta Sustentável.....	41
4.1. Identificando tramas e urdimentos: análise discursiva do encarte Planeta Sustentável.....	45
4.1.1. Condições de produção do discurso	46
4.1.2. Produzindo conhecimento.....	52
4.1.3. Discursos de desenvolvimento sustentável.....	57
4.1.4. As peças do jogo.....	64
5. Pontos sem nó /ou Ponto de partida.....	73
Referências.....	79
Anexo 1.....	85
Anexo 2.....	86

1. Os fios que tecem

Uma das principais marcas da sociedade contemporânea é a emergência de questões ambientais, algumas das quais provocam discursos sobre sustentabilidade os quais emanam como interpretações que ora privilegiam sobre as formas de denunciar problemas ambientais, ora como discursos com pretensões de legitimar e encaminhar possíveis soluções.

Os discursos ambientais têm invadido espaços diversos, tomado formas distintas que se fundam no escopo da sustentabilidade “como uma proposta em torno da qual gravitam múltiplas e diversas forças sociais, interesses e leituras que disputam entre si o reconhecimento e legitimação social como ‘a interpretação verdadeira’ sobre o tema” (LIMA, 2003, p. 2)

Algumas das práticas e verdades produzidas pelo discurso da sustentabilidade têm tido tanto espaço nos mais variados campos da sociedade que chegam a soar como mantras da Contemporaneidade. Se, por um lado esses mantras têm a pretensão de evocar um poder transcendental e transformador de outro, paradoxalmente esse discurso se volta para uma indústria da sustentabilidade que por sua vez objetiva mais produção e consumo mesmo sendo de naturezas distintas. Ou seja, esse discurso ora depõe contra um consumismo exacerbado, “pregando” por novas formas de se pensar a vida e a própria existência humana, ora estimulam outras ideias, valores de consumo – um consumo politicamente correto. É como se as novas formas de pensar a vida não se relacionassem a novas formas de consumir, mas a novos produtos a serem produzidos e consumidos.

O desejo de uma ‘verdade’ que se coloque como resposta para as preocupações com a manutenção da vida no planeta tem um apelo tão grande à sobrevivência que, muitas vezes desvaloriza questões - para mim fundamentais - tais como: de que sustentabilidade estamos falando? Sustentabilidade do quê e para quê? Quem está falando sobre sustentabilidade e por que está falando? A quem interessa os discursos que estão ganhando espaço na mídia? Por que alguns discursos ficam à margem dos grandes debates nacionais e internacionais?

Em 2012, o Brasil sediou um dos maiores eventos mundiais sobre questões ambientais: a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, também chamada de conferência Rio + 20. Trata-se de um evento de proporções globais, caracterizado pela multiplicidade de nações participantes. Entretanto cabe aqui ressaltar que, a multiplicidade de nações omitiu/excluiu a participação e representação de múltiplas culturas, apoiando-me nos argumentos de Larrosa e Skliar (2001) ousou dizer que essa conferência se caracteriza uma reunião (anti)babélica na medida em que a diversidade ou multiplicidade é

governamentalizada, controlada, categorizada de tal forma que a confusão, a dispersão, o diferente, o devir, o porvir são silenciados.

E, foi nessa versão (anti)babélica que vimos os vários, mas iguais, discursos constituintes e constituídos por esse evento circulando pelos meios de comunicação de todo o mundo. O destaque das discussões foram as propostas de economia verde, as quais pretendem indicar caminhos para resolução de problemas ambientais e para a definição de metas e acordos entre os países de forma a viabilizar tais propostas.

Juntamente à conferência “oficial” Rio + 20, que ocorreu no Riocentro, outros eventos paralelos foram realizados em outros lugares da Cidade Maravilhosa, tendo o maior dos eventos paralelos ocorrido no Aterro do Flamengo, evento este denominado Cúpula dos Povos, organizado pela sociedade civil global. Com discussões direcionadas para as causas estruturais das crises e de falsas soluções, a Cúpula dos Povos tratou os problemas sociais e ambientais chamando atenção para o poder de interferência das corporações e da iniciativa privada nas negociações do evento oficial.

1.1. Construções e desconstruções

Quando da conferência Rio 92 eu tinha somente doze anos, mas me lembro de acompanhar as informações pela televisão, de prestar atenção nas manifestações em prol do meio ambiente e, principalmente, lembro-me da proposta da criação da Agenda 21. Desde os doze anos, já me chamavam atenção os compromissos que a sociedade precisava assumir para manutenção da vida, como se estivéssemos nos preparando para a chegada do novo século.

Em 2012, com trinta e dois anos, tive a oportunidade de participar da conferência Rio + 20. Não participei do evento oficial que ocorreu no Riocentro, pois o mesmo era direcionado para chefes de estados e seus representantes, pessoas representando alto escalão de instituições governamentais e não governamentais, empresas, indústrias e entidades parceiras e patrocinadoras. Como não me encaixo em nenhum desses perfis, como uma simples professora e educadora ambiental, tirei o máximo proveito dos eventos paralelos que ocorreram no Parque dos Atletas, e principalmente na Cúpula dos Povos.

Por mais que eu tente explicar com palavras o que foi a Cúpula dos Povos não consigo retratar toda sua grandiosidade, diversidade, articulação e autogestão. Havia mais de cinquenta tendas, cinco grandes plenárias e todos os espaços organizados com atividades diferentes de três em três horas, mostras culturais e muita gente. Gente de todas as partes do

mundo, de todas as idades, culturas, etnias, figuras ilustres, escritores, pesquisadores, e anônimos que vivem a causa ambiental. Os grupos discutiam desde educação ambiental, código florestal, soberania alimentar, defesa da mulher, agroecologia, economia solidária, causas indígenas, cultura digital, discussões sobre atividades militares, água, desertificação, reforma agrária, coleta seletiva, hegemonia cultural e econômica, entre outros. Foi muito rico conhecer a diversidade das ações e dos grupos sociais que atuam em todo o mundo e que estão ligados à causa ambiental. Participando da Cúpula dos Povos, pude vivenciar o discurso socioambiental.

Posso relatar aqui que, trabalhando com educação ambiental há dez anos e experimentando as delícias e as dores de ser uma educadora ambiental, participar desse evento foi para mim um marco tanto pessoal quanto profissional. Por mais que eu tenha, na frase anterior, separado o pessoal e o profissional não acho que isso seja possível, acredito que seja um vício estruturalista, pois os atravessamentos pessoais que sofro se refletem no pessoal, e vice-versa, assim, continuarei meu relato sem essa divisão binária.

A provocação e a inquietação que senti e sinto com a produção discursiva desse evento que denomine – parafraseado Larrosa e Skliar – por antibabélico, emerge com o (des)encontro ou (des)encanto que vivenciei como uma educadora ambiental que participou de forma atuante nessa conferência. Mas essa participação foi demarcada não só por minha condição como ouvinte, mas também pela minha condição transitória, ou seja, naquele momento minhas verdades estavam pautadas, em sua maior parte, nos intensos e quase exclusivos encontros que eu mantinha com as leituras críticas de bases marxistas que estavam sendo desafiadas pelos novos textos e livros de perspectiva foucaultiana que passam a ocupar os espaços da minha mesa, da minha estante, da minha mente.

O contato com esses novos autores, inicialmente estranhos, confusos, que exigiam várias leituras, me tiraram da zona de conforto na qual meu adversário e ideal eram definidos. Essas novas lentes, naquele momento ainda muito embaçadas, se não permitiram perceber os acontecimentos sob outra perspectiva, passaram a me deslocar daquela que por muito tempo me parecia ser a verdade sobre a luta por uma planeta sustentável.

Desse modo, passei a olhar para alguns acontecimentos do evento, para os discursos presentes e também pelos ausentes, para as relações estabelecidas e os que foram impedidas de se estabelecer ocupando o lugar de quem mais pergunta do que responde ou tenta responder os porquês de determinados focos serem centrais em alguns debates, sobre os porquês das combinações dos convidados que formavam as mesas de discussão, até mesmo a

organização e a estrutura física oferecida para os participantes dos dois eventos que ocorriam simultaneamente, ofuscavam meus olhares.

Assim, neste momento vejo que é necessário comentar um pouco mais desse encontro com Foucault e com os autores que o utilizam em suas análises como Fimyar (2009), Fischer (2002), Gadelha (2009), Gallo (2007), Marshall (2011), Mascia (2002), Peters (2011), Silva (2011), e, Veiga-Neto (2005, 2007, 2008, 2010) entre outros.

A minha aproximação dos trabalhos de Foucault e de muitos de seus comentadores, uma vez iniciada tornou-se contínua, pois minhas lentes foram desfocadas e confesso que depois de conhecê-los, mesmo que muito parcialmente, meu olhar para o mundo não foi mais o mesmo.

No início eu estabeleci uma relação de amor e ódio com Foucault, suas problematizações me causavam certa tristeza, quase depressão. Oras, venho eu de uma perspectiva transformadora, emancipatória, acreditando que se algumas cabeças rolassem as coisas poderiam ser diferentes. Eu não era uma ambientalista ingênua, sabia que minhas aspirações não seriam fáceis de serem concretizadas, mas sempre me alimentei de que “o impossível é uma questão de opinião” (CHORÃO; CASTANHO, 2009)¹. Mas aí veio o Foucault e seus comentadores provocando deslocamentos, desconstruções que algumas vezes pareciam demolições que geraram um estado de desconforto de alerta, de inquietação.

[...] temos que estar sempre preparados para pensar de outro modo; temos que estar abertos para discordarmos do que pensávamos até há pouco atrás. A rigor, não podemos nos fazer seguidores fiéis de ninguém: nem de nós mesmos. (VEIGA-NETO; LOPES, 2010).

O contato com a literatura dos autores anteriormente citados me subjetivaram, me tornaram diferente, talvez mais madura, ou talvez mais confusa, ou talvez mais madura porque mais confusa, enfim, me permitiram experienciar o desconforto de estar no entre da metamorfose talvez ambulante que ora se vê como camelo, ora como leão ora como criança². Não me importa hoje fixar um lugar, mas me perceber no contínuo exercício da transformação.

¹ Trecho da música “Só os loucos sabem” (2009), composição de Chorão e Thiago Castanho.

² Em *Assim falou Zaratustra* (1883), Nietzsche descreve três metamorfoses ou transformações do espírito. O camelo – realista, que suporta a carga existencial das tradições culturais da humanidade transforma-se em leão – espírito libertário contra opressão dos deveres impostos, mas reativo, transforma-se em criança – afirmativo, espírito lúdico e inocente que joga com a vida o jogo da criação.

Desse modo, me parece que entrei num caminho sem volta, que meus planos de futuro foram desconstruídos pela possibilidade do devir. Tomo emprestadas a palavras de Skliar (2003, p. 29):

E digo: diante de um aparente novo nome, a perplexidade. Não o costume, não a docilidade.

Diante de uma aparente nova mudança, a desconfiança. Não a mestástase e sim, em todo caso, a metamorfose.

Diante de uma aparente nova promessa, o desassossego. Não a total compreensão, não sua burocracia.

Diante de um movimento aparente, outra vez a perplexidade. Não o hábito incorpóreo. Não sua ordenação.

Continuar meu contato com essas novas ideias de inspiração foucaultiana tem me proporcionado reconstruir meus valores usando muitos dos pedaços que se espalharam com meu “tombo teórico”, mas usá-los sobre outra perspectiva, com outros sentidos. Meu aprendizado tem sido recolher esses pedaços e construir minhas ideias e ideais, o sentimento agora é outro, sinto certa alegria e satisfação ao me perceber preferindo ser mais “essa metamorfose ambulante, do que ter aquela velha opinião formada sobre o mundo” (SEIXAS, 1973)³.

1.2. Pontos do meu tear

Minha opção pela educação ambiental como um solo epistemológico da construção dessa pesquisa se dá pela minha experiência profissional, a qual se inicia em 1999 quando ingressei como professora na rede municipal de educação de Bragança Paulista, na mesma época em que cursava a Faculdade de Biologia na Universidade São Francisco. Desde então procurei estudar mais sobre as questões socioambientais e após o término da Universidade participei de um curso de *lato sensu* de gestão ambiental na ESALQ, o qual me possibilitou, em 2003, iniciar um trabalho coordenando projetos de educação ambiental e cursos de formação continuada para os professores das escolas da rede municipal de Bragança Paulista.

As práticas de educação ambiental desenvolvidas pelo poder público municipal em Bragança Paulista ampliaram-se a partir de 2007 com o início dos trabalhos da Sala Verde Pindorama, um espaço conquistado com a parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e o Ministério do Meio Ambiente, no qual passei a me responsabilizar pela coordenação das atividades pedagógicas. A Sala Verde Pindorama caracteriza-se como um espaço pedagógico

³ Trecho da música “Metamorfose ambulante” (1973), composição de Raul Seixas.

que atende às escolas municipais, mas também é um espaço aberto para a comunidade bragantina com objetivo de democratizar a informação ambiental e desenvolver projetos de educação ambiental formal e não formal a fim de *despertar a conscientização*, fazendo com que a comunidade se aproprie do papel de protagonista *e agente transformador* na construção de sociedades sustentáveis. Os termos indicados em itálico têm por objetivo aqui, indicar os princípios que por muitos anos sustentaram meus discursos, minhas crenças, meu trabalho.

A constituição da Sala Verde Pindorama fortaleceu e ampliou as práticas de educação ambiental nas escolas municipais, envolvendo alunos de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e a formação continuada dos profissionais da educação, construindo importantes conhecimentos sobre as questões ambientais.

Nesses dez anos de educadora ambiental, participei de congressos nacionais e internacionais, encontros e simpósios nos quais pude ampliar meus saberes e reflexões sobre o tema. Em 2011 escrevi um livro sobre educação ambiental intitulado: *Um sonho que se sonha junto* - composto por cinco capítulos nos quais procuro provocar os leitores a pensarem sobre a educação ambiental no contexto do século XXI, problematizando questões relacionadas a consumo consciente e ao contexto da água na região bragantina.

Minha participação ativa por vezes ativista em práticas de educação ambiental nesses últimos anos em que coordenei projetos de educação ambiental desenvolvidos nas escolas municipais contribuiu para que eu constituísse algumas percepções sobre esse campo, bem como me permitiu perceber o uso que muitos professores fazem de recursos midiáticos em especial da imprensa escrita como fonte para o desenvolvimento de pesquisas e atividades pedagógicas de sala de aula relacionadas a problemas ambientais. Tal fato despertou meu interesse em investigar como alguns dos discursos que circulam pela mídia atravessam ou não os discursos sobre educação ambiental e quais efeitos de sentido esses usos podem constituir.

Ao realizar esta pesquisa me proponho, assim, a problematizar alguns dos atuais discursos que atravessam a educação ambiental pelas mídias e vêm se constituindo como fonte de informações que subsidiam os saberes que circulam em diversas das práticas educativas as quais tematizam questões ambientais. Nesse sentido, optei por usar o conceito de governamentalidade como ferramenta por considerar seu potencial problematizador e analítico conforme indicado, por Fimyar (2009) quando argumenta que nos é possível “problematizar os relatos aceitos normativamente de Estado e desconstruir suas práticas e elementos que o constituem e que são inconsistentes” (p. 37).

Assim, a produção deste trabalho pretende se somar a outros na área da educação que, mais recentemente, vem realizando pesquisas orientadas em perspectivas foucaultianas, discursivas, ou ainda ditas pós-estruturalistas.

Considerando-se a abordagem dada ao trabalho através das obras de Michel Foucault, por constituir-se como uma “espécie de pensamento transversal” (GALLO, 2007), compõe um viés teórico que o atravessa - ora como conceito, ora como ferramenta de análise - das problematizações realizadas. Para isso torna-se necessário apresentar os sentidos que construí tomando por base de alguns conceitos manejados por Foucault que emergem das leituras de suas obras bem como por autores como Fimyar, Veiga-Neto, Marshall, Silva, Peters e Gallo os quais considero como vértices no desenvolvimento deste texto em especial os conceitos de discurso, sujeito e governamentalidade.

Com base em Foucault (2011), entendemos os discursos como práticas que geram significados apoiados em regras que estabelecem o que pode ser dito em um campo discursivo e em um dado contexto histórico, além de regras de formação, resultando em um complexo de relações com outras práticas discursivas e sociais e o poder expressado por elas. Para o autor, a:

[...] produção desse discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT , 2011, p. 09)

Atualmente pode-se observar certa tendência, na cultura ocidental, de minimizar a importância do discurso, situando-o com um simples lugar entre o pensamento e a palavra, mas os procedimentos de controle e delimitação, por sua vez, relevam sua ligação com o desejo e o poder, pois o “discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual podemos nos apoderar” (FOUCAULT , 2011, p. 10).

Os estudos discursivos dialogam com o pós-estruturalismo, pois também partem de uma perspectiva que descentraliza a noção do sujeito. Esses estudos, no Brasil têm influência de duas linhas, da francesa e da linha inglesa que possuem como principais expoentes Pecheaux e Fairclough, respectivamente.

Neste trabalho, optei por fazer uso de uma analítica foucaultiana do discurso⁴, que para mim significa, analisar os excertos presentes no material de pesquisa (imagens e textos) a partir de uma leitura criteriosa que objetiva problematizar e identificar alguns efeitos de sentido⁵ produzidos no contexto discursivo em que tais excertos estão inseridos.

Analisar discursos numa perspectiva foucaultiana é encontrar maneiras de interpretar os enunciados como acontecimentos que possuem uma dimensão de exterioridade e raridade, descontinuidade e atravessamento histórico: é perceber o linguístico em relação com o não-discursivo, ou seja, com o social, o cultural e o institucional. (TAVARES, 2009, p. 13)

Diante disso, entendo os sujeitos como constituídos e constituintes dos discursos. Tal fato torna imprescindível destacar a temática do sujeito especialmente por esta se constituir como tema central que percorre as diversas fases dos trabalhos e pesquisas de Foucault.

Destacar a temática do sujeito numa perspectiva foucaultiana, no entanto, requer problematizar a noção de sujeito advinda da Modernidade, o filósofo procura entender os modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos através de processos de objetivação e subjetivação, e essa compreensão proposta por Foucault rompe com as perspectivas fundamentalistas, nas quais o homem era considerado como um ser fixo, estável, soberano e autônomo. Esse sujeito não é, assim, considerado como essência, como elemento pré-histórico ou a-histórico, como instância de fundação, mas sim como efeito de uma constituição, como um produto de relações e de estratégias de poder.

Para compreender a evolução da problemática do sujeito em Foucault é preciso ter claro, antes de tudo, que se trata de uma abordagem histórica da questão da subjetividade. [...] os modos de subjetivação são precisamente as práticas de constituição do sujeito [...] Trata-se de uma história de jogos de verdade nas quais o sujeito enquanto sujeito, pode se converter em objeto de conhecimento. (CASTRO, 2004 p. 518, 519, tradução minha)

Os modos de subjetivação que constituem o sujeito resultam das relações e estratégias de poder. Ao analisar a adaptação histórica dos poderes, Foucault indica três modelos de exercícios de poder que se complementam, a saber, a soberania, o poder disciplinar e o

⁴ Aprender os enunciados discursivos considerando o momento histórico, sistemas de dispersão e as relações de saber e poder estabelecidas, sendo o enunciado descrito e analisado como operação de formação de objetos discursivos em uma dada formação discursiva. (Tavares, 2009)

⁵ Nos discursos os sentidos das palavras não são fixos, não são imanentes; os sentidos são produzidos face aos lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução, “as palavras tem sentido em conformidade com as formações ideológicas que os sujeitos (interlocutores) se inscrevem” (FERNANDES, 2005 p. 23), havendo a possibilidade de aberturas para a contradição, o desdobramento e a polêmica.

biopoder. Podemos dizer que as tecnologias de poder da soberania e disciplinar atuam como forma de domar os corpos e internalizar a dominação. Mas, depois de dominar o corpo, depois da individuação, uma nova tecnologia emerge - a tecnologia do biopoder – a qual se desloca do indivíduo para um outro tipo de corpo, ou seja, permite a ação sobre o corpo da população, possibilitando a governamentalidade dos povos.

Esse controle da população se estabelece tomando por base mecanismos e novas tecnologias de acompanhamento e controle da população, como por exemplo, a estatística e passa a constituir um novo tipo de problema político e de Estado (GALLO, 2007). Desse modo, a governamentalidade se aplica à complexidade dos indivíduos em todas as suas relações, vínculos e culturas, “para fazer do indivíduo um elemento significativo para o Estado” (FOUCAULT apud MARSHAL, 2011, p. 31). Nessa lógica, o fio condutor é o governo dirigindo a conduta dos homens (procedimentos, táticas, mecanismos, saberes) em que o objeto fundamental é a população - tanto como finalidade quanto instrumento, o saber privilegiado é o da economia e tem como mecanismo de atuação os dispositivos de segurança (GADELHA, 2009). Assim, neste trabalho, o conceito de governamentalidade – que discutirei mais à frente - será utilizado como uma ferramenta de investigação para analisar a temática da sustentabilidade.

Diante da abrangência dos discursos que abordam como tema a questão ambiental, em que os sujeitos são atravessados e subjetivados por constituições de sentido sobre o *ambientalmente correto*, faço um recorte e tomo como acontecimento a conferência Rio + 20, e me proponho aqui a analisar um encarte de um projeto intitulado Planeta Sustentável que traz informações sobre o evento e que circularam por inúmeras publicações numa analítica discursiva foucaultiana.

Os encartes do projeto Planeta Sustentável estão presentes em diversas revistas de grande circulação nacional. Escolhi dentre elas analisar o encarte presente na *Revista Nova Escola* de Janeiro/Fevereiro-2012, tanto pela temática abordada pelo encarte como pelo seu portador, pois a revista em questão é de grande circulação entre professores que, muitas vezes, se utilizam das informações ali contidas como um material de apoio no desenvolvimento das atividades com os alunos.

A presente pesquisa não tem a intenção de estabelecer uma análise completa que esgote a totalidade de representações possíveis para o corpus em questão, muito menos sobre esse discurso dinâmico e em constante transformação que é a sustentabilidade.

A sequência deste trabalho tenta descrever, mesmo que parcialmente, o contexto em que estão situados os fios utilizados para tecer as análises, passando por percepções sobre a

Contemporaneidade através das contribuições de Bauman e por marcos legais e atributos da educação ambiental. Os jogos discursivos desta pesquisa são constituídos por conceitos e elementos que a atravessam, com destaque para a governamentalidade como ferramenta analítica que será explorada na terceira parte do texto, apresentando a ecogovernamentalidade como uma possibilidade de deslocamento desse conceito a partir da emergência das questões ambientais.

O material de pesquisa será detalhado e explorado na quarta parte do texto, em que os dados quantitativos apresentados pelo projeto Planeta Sustentável indicarão a abrangência e quase caráter de universalização do discurso midiático sobre as questões ambientais, evidenciando seu potencial como um dispositivo de biopoder. Na continuidade, a análise discursiva dos excertos e imagem ganha corpo, abordando as condições de produção, tendo como os principais focos presentes no discurso a afirmação de que o projeto está “produzindo conhecimento”; um olhar sobre os diferentes discursos de desenvolvimento sustentável e a tomada hegemônica de um dos discursos; e a análise da imagem presente no encarte direcionada pelo título, indicando a conferência Rio + 20 como um jogo da sustentabilidade.

Todos esses focos serão abordados com um caráter problematizador, em que busco tecer alguns efeitos de sentido que podem ser construídos com base nos dos discursos presentes na mídia, e as formas com que eles atravessam ou não os sujeitos e a educação ambiental.

2. De onde partem esses fios? Contexto da educação ambiental no século XXI

Nas conferências mundiais sobre meio ambiente, entre a multiplicidade dos assuntos abordados, as questões voltadas para a supervalorização do consumo são apontadas como um dos problemas socioambientais mais latentes na atualidade, envolvido por esferas econômicas, políticas, culturais, estéticas e de relações de poder e exploração, tanto de elementos naturais como de pessoas.

Neste sentido, é de grande valia neste momento, dialogar nosso referencial teórico com a metáfora abordada pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman pois, ele aponta certas transformações recentes do neoliberalismo - indicando o que Foucault denominou como racionalidade governamental – que representam alguns dos elementos que têm se destacado nas discussões no campo da educação ambiental do século XXI que é a cultura do consumo, questão esta que teve destaque em diversos espaços de discussão durante a Rio + 20 e principalmente na Cúpula dos Povos.

Bauman descreve em seus trabalhos as mudanças que vêm acontecendo da sociedade moderna na Contemporaneidade, denominada por ele como mudança da “modernidade sólida” para a “modernidade líquida”, em que apresenta através de análises dos acontecimentos cotidianos, alguns dos problemas enfrentados e algumas das características da modernidade líquida. Ao fazê-lo, este estudioso parece estar escrevendo especificamente sobre questões socioambientais que assolam a sociedade atual, reforçando que os elementos da discussão ambiental são atualmente parte do contexto da Contemporaneidade, ou modernidade líquida. Assim, ao invés de descrever os problemas socioambientais, escolhi utilizar das ideias de Bauman sobre modernidade líquida como forma de contextualizar o lugar no qual se situa a questão entre educação, mídia e meio ambiente desenvolvida neste trabalho.

O processo de globalização pelo qual as sociedades que habitam o planeta Terra vêm passando bem como alguns de seus efeitos têm sido questionados nos últimos tempos. Na “modernidade líquida” de Bauman (2007), a globalização aponta para uma perspectiva planetária que indica que o planeta está aberto para a livre circulação material e intelectual. Essa abertura da sociedade, no entanto, tem um preço, que é o da incapacidade de decidir seu próprio curso, estando exposta aos golpes do destino. Destino irreversível de uma globalização seletiva do comércio e do capital, da vigilância e da informação, da violência e

das armas, do crime e do terrorismo, uma “globalização negativa”, que desperta em uma população confrontada por forças que não controla e não entende totalmente, sentimento de infelicidade e vulnerabilidade.

Para Bauman (2007), o terreno sobre o qual vivemos é reconhecidamente instável. O progresso, por sua vez, já foi uma manifestação de otimismo e felicidade universal; mas nessa conformação de globalização representa uma ameaça de mudança inescapável que, em vez de assegurar a paz e o sossego, aparece como um presságio de crise e tensão, como uma espécie de “dança das cadeiras interminável, na qual um momento de desatenção resulta na derrota irreversível e na exclusão irrevogável. Em vez de grandes expectativas e sonhos agradáveis, o ‘progresso’ evoca uma insônia cheia de pesadelos de ‘ser deixado para trás’” (p. 17), fazendo o mundo parecer mais traiçoeiro e assustador, estimulando mais ações defensivas.

Neste contexto de sociedade líquida, Bauman classifica as três principais causas para o sofrimento humano como: o reconhecimento do poder superior da natureza, a fragilidade dos corpos e o medo da inadequação dos regulamentos que ajustam as relações dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade. As duas primeiras causas são reconhecidamente intransponíveis, porém a terceira é bem diferente: medo da miséria como origem genuína ou supostamente social, que associado a uma atmosfera de precariedade, desregulamentação econômica e auto-responsabilidades, desarticulam os alicerces da defesa da sociedade civil e fazem com que a existência humana se torne um dos grandes medos da sociedade. Essa sociedade do medo se torna vulnerável a quaisquer bandeiras de salvação que se apresentem para a resolução de sua insegurança existência.

Algumas discussões abordadas pela educação ambiental ancoram-se em uma espécie de chamada para que os sujeitos evoquem um compromisso intra e intergeracional para pensar suas responsabilidades com o futuro do planeta Terra. Essa solicitação para e pelo futuro pode estar encontrando alguma dificuldade em fazer eco na sociedade, e a noção de tempo trazida por Bauman (2008), como mais uma característica da modernidade líquida, pode nos auxiliar na construção de um possível entendimento para tal fato. Na modernidade líquida o tempo não é mais contínuo, linear, cíclico e sim um tempo pontilhista, mais proeminente por sua inconsistência e falta de coesão que por seus elementos de continuidade e constância; o tempo é fragmentado, pulverizado em múltiplos instantes eternos, como uma sucessão de presentes, uma coleção de instantes experimentados com intensidades variadas.

Neste tempo de “presentificação” e “pontilhismo” a oportunidade que cada ponto deve conter é vista como uma oportunidade única, e não haverá segunda chance, “a demora é o *serial killer* das oportunidades” (BAUMAN, 2008, p. 50). Dessa forma, qualquer hesitação ou

preocupação com questões que envolvam alguma perspectiva de futuro ou de longo prazo torna-se desaconselhada.

Em suas obras, Bauman (2004, 2007, 2008) sempre insere como um dos principais atributos da modernidade líquida as transformações nas relações de consumo, indicando que passamos de uma ‘sociedade de produção’ para uma ‘sociedade de consumo’, mas principalmente na obra intitulada *Vida para o Consumo* (2008), o autor aprofunda a análise dessa transformação, traçando comparações entre consumo e consumismo, indicando que o primeiro é um ato banal e trivial, é visto como parte permanente e integral de todas as formas de vida conhecidas a partir de narrativas históricas e relatos etnográficos. Não há muitas mudanças nas modalidades de consumo nos diferentes períodos da história, mas isso não se aplica ao consumismo que marca as “transformações do passado e a atual dinâmica do modo humano de ser e estar no mundo” (BAUMAN, 2008, p.38). Segundo este autor o consumismo é:

[...] um arranjo social resultando da reciclagem das vontades, desejos e anseios humanos rotineiros [...] transformando-os na *principal força propulsora e operativa* da sociedade, uma força que coordena a reprodução sistêmica, integração e estratificação sociais, além da formação de indivíduos humanos, desempenhando papel no processo de auto-identificação individual e do grupo, assim como a seleção e execução de política de vida individuais. (BAUMAN, 2008, p. 41)

O sucesso no estabelecimento de uma sociedade de consumo está diretamente relacionado com as relações de poder-saber instituídas e por práticas disciplinares, que, como um mecanismo de controle, segundo Foucault (2003), tem no panóptico um modelo de vigilância permanente destacando seu tríplice aspecto: vigilância, controle e correção, para que seja determinado se um sujeito está se comportando ou não como se deve, em termos do que é normal e correto em relação às regras da sociedade, no caso, sociedade de consumo.

O amadurecimento da sociedade de consumo pode ser percebida pela naturalização de valores que se sobrepõe, em que os *direitos do cidadão* estão sendo sobrepostos pelos *direitos de consumidor*, como reflexo da soberania do mercado sobre a política, o que reforça o medo da inadequação, pois, às sentenças do Estado cabe apelação, já as sentenças do julgamento do mercado é rígida e irrevogável, o tempo todo esse modelo de sociedade avalia seus membros pelo desempenho consumista como o maior critério de inclusão e de exclusão. “O estado como um todo, incluindo seus braços jurídico e legislativo, torna-se um executor da soberania do mercado”. (BAUMAN, 2008, p. 87)

Ainda na modernidade líquida, o dever patriótico e os esforços da socialização em uma sociedade de consumo não são voltados para o bem estar da comunidade, saúde, educação ou preocupações ambientais, e sim a participação ativa do consumidor no mercado, para isso ele precisa créditos, e esse tornou-se o anseio da população e para o que os esforços governamentais estão voltados. Como afirma Bauman, a desregulamentação do mercado e as privatizações fazem o Estado perder cada vez mais força, repassando para os cidadãos responsabilidades individuais e coletivas.

Essa leitura da contemporaneidade marcada de forma relevante pelo consumo/consumismo tem em Foucault um contra ponto, pois para ele o consumo não é fundante, mas sim um componente secundário da competição:

A sociedade regulada com base no mercado em que pensam os neoliberais é uma sociedade na qual o que deve constituir o princípio regulador não é tanto a troca de mercadorias quanto os mecanismos de concorrência [...] Vale dizer que o que se procura obter não é uma sociedade submetida ao efeito-mercadoria, é uma sociedade submetida à dinâmica concorrencial. (FOUCAULT, 2008a, p. 201)

Na perspectiva do filósofo francês o deslocamento conceitual - valorativo que faz do mercado o regulador social, tem como alicerce uma dinâmica de concorrência e de competição, o que o diferencia neste tópico da posição de Bauman que aponta para a cultura do consumo como principal deslocamento.

As perspectivas apresentadas por esses dois autores, são diferentes, porém complementares, e podem proporcionar uma análise dos movimentos que vem ocorrendo entre educação, mídia e meio ambiente. A competição e o consumo andam lado a lado quando vistos da perspectiva dos problemas socioambientais e seus reflexos podem ser identificados tanto nas causas como nas consequências desses problemas, impacta o ambiente – entendido aqui em sua totalidade – tanto de forma material, como nas subjetividades e nas relações. Os suportes e textos midiáticos como elementos condutores e constituintes dessa subjetividade, alcança múltiplos espaços e dimensões como, por exemplo o espaço educativo, no qual a cultura da competição e do consumo podem ser identificados, seja nos currículos oficiais ou no currículo oculto presente nas práticas pedagógicas diárias dos educadores.

2.1. Marcos legais e atributos da educação ambiental

A temática ambiental se constitui desde os problemas pontuais e técnicos, como índices de poluição atmosférica, contaminação dos recursos hídricos, gestão de resíduos,

perda da biodiversidade, até as discussões históricas, políticas, econômicas, sociais e culturais que constroem as relações de causas e efeitos desses problemas. Existe uma tendência em diversas esferas de discussão sobre as formas de resolver essas situações que inserem a educação ambiental como elemento imperativo nos planos de ação planejados para o enfrentamento das problemáticas ambientais.

As inquietações trazidas por este debate envolvem diferentes problemáticas, abarcadas em uma diversidade de teorias sobre suas causas e consequências; entretanto, entram em consenso no que se refere às soluções: a indicação da educação ambiental como condição *si ne qua non* para alcançar os resultados necessários para a resolução dos problemas. Não que as soluções dependam somente da educação ambiental, mas sua prática é um dos alicerces para as transformações de que necessitamos. (FRANCO, 2012, p. 13).

A perspectiva sob a qual esse trabalho se desenvolve pauta-se em uma visão de meio ambiente não como sinônimo de natureza, mas sim como de lugar de interação entre o meio físico, biológico, sociedades e culturas. Atentando a isso, torna-se imperativo afirmar aqui na não neutralidade das práticas educativas ambientais, pois a educação como uma construção social está “repleta de subjetividade, de escolhas valorativas e de vontades políticas, com destaque ao seu grande potencial reprodutivo dentro da sociedade.” (FRANCO, 2012, p. 16)

A presença da educação ambiental na legislação brasileira, para Layrargues et al (2007), tem uma tendência à universalização de sua prática em toda sociedade, pelo que pode ser observado no decreto nº 73.030, de 1973 que criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente, no qual ainda não era usado o termo educação ambiental, mas já descrevia a necessidade do “esclarecimento e educação do povo brasileiro para uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente”. A dimensão pedagógica dos estudos sobre meio ambiente também esteve presente nas leis 6938/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente e na Constituição Federal de 1988.

A aprovação da lei nº 9598/99 regulamentada pelo decreto nº4281/02 estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental que traçou “orientações políticas e pedagógicas para educação ambiental e traz conceitos, princípios e objetivos que podem ser ferramentas educadoras para a comunidade escolar” (LAYRARGUES et al, 2007, p. 31).

No Brasil, algumas citações sobre Educação Ambiental no âmbito educacional, ainda que de forma superficial apareceram na lei federal 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Em 1997 o Ministério da Educação e do Desporto, através da Secretaria de Educação Fundamental, lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) o que consolidou

a presença da educação ambiental nos currículos da educação escolar como tema transversal. O marco legal mais recente são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, aprovada em junho de 2012.

2.1.1. Transversalidade e Interdisciplinaridade

Como as escolas brasileiras têm nos Parâmetros Curriculares Nacionais a base curricular para a elaboração de programas de ensino, vamos abordá-lo com um pouco mais de atenção em relação aos outros documentos relacionados à orientação sobre educação ambiental. Os PCNs têm o objetivo de oferecer propostas e orientações para as escolas formularem seus currículos construindo uma base comum nacional para o ensino fundamental brasileiro. Esse documento é composto por uma coleção de volumes que abordam as áreas de conhecimento: língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia, artes, educação física e língua estrangeira (este último para o 3º e 4º ciclo do Ensino Fundamental) e também volumes referentes aos temas transversais: ética, pluralidade cultural, orientação sexual, meio ambiente, saúde e trabalho e consumo (este último para o 3º e 4º ciclo do Ensino Fundamental).

O PCN de meio ambiente, em consonância com documentos de conferências mundiais sobre EA, indica que a abordagem didática das práticas pedagógicas sobre meio ambiente deve ser transversal e interdisciplinar:

Em 1968, a Unesco realizou um estudo comparativo, respondido por 79 países, sobre o trabalho desenvolvido pelas escolas com relação ao meio ambiente. Nesse estudo, formularam-se proposições que depois seriam aceitas internacionalmente, tais como: a Educação Ambiental não deve se constituir numa disciplina. (BRASIL², 1997, p. 81)

A Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi definiu, em 1977, como princípios da Educação Ambiental a ser desenvolvida nas escolas: [...] aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada área, de modo que se consiga uma perspectiva global da questão ambiental (BRASIL², 1997, p. 71)

Os conteúdos de Meio Ambiente serão integrados ao currículo através da transversalidade, pois serão tratados nas diversas áreas do conhecimento, de modo a impregnar toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, criar uma visão global e abrangente da questão ambiental. (BRASIL², 1997, pg 49)

Para que os alunos construam a visão da globalidade das questões ambientais é necessário que cada profissional de ensino, mesmo especialista em determinada área do conhecimento, seja um dos agentes da

interdisciplinaridade que o tema exige. A riqueza do trabalho será maior se os professores de todas as disciplinas discutirem e, apesar de todo o tipo de dificuldades, encontrarem elos para desenvolver um trabalho conjunto. Essa interdisciplinaridade pode ser buscada por meio de uma estruturação institucional da escola, ou da organização curricular, mas requer, necessariamente, a procura da superação da visão fragmentada do conhecimento pelos professores especialistas. (BRASIL³, 1997, p 193)

Em conformidade com as discussões globais e em consonância com o PCN meio ambiente, em 1999, foi incorporada a Constituição Federal, Lei nº 9.795, que dispõe sobre Educação Ambiental, que traz em seu Capítulo II, da Política Nacional de Educação Ambiental, Seção II, Da Educação Ambiental no Ensino Formal, Artigos 10 e 11, indicações de como deve ser o ensino de EA que, a saber, deve estar inserido em todos os níveis e disciplinas educacionais, não devendo ser implantada em forma de disciplina específica.

Outro documento de caráter nacional é o Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, com sua terceira edição publicada em 2005, é um documento produzido, pelo Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação do governo federal brasileiro, que apresenta diretrizes, princípios, missão, objetivo e linha de ação para orientar as práticas de educação ambiental. Esse documento assume algumas diretrizes, sendo a primeira delas referente à transversalidade e à interdisciplinaridade da questão ambiental. Em relação à educação ambiental formal, desenvolvida nas instituições de ensino, o ProNEA indica em seu item 4 das linhas de ação:

4. INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

4.1. Incentivo à inclusão da dimensão ambiental nos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino:

- Estabelecimento de uma reestruturação da educação em direção à sustentabilidade, por meio inclusive da construção de novos currículos, nos quatro níveis de ensino, que contemplem a temática ambiental e estejam em sintonia com o ProNEA e com os Programas Estaduais de Educação Ambiental.
- Incentivo à gestão escolar dinâmica, aproveitando as experiências acumuladas, trabalhando com a pedagogia de projetos e promovendo a integração entre as diversas disciplinas. (BRASIL⁴, 2005, p. 50)

Os argumentos acima citados tentam justificar uma prática transversal e interdisciplinar como dois elementos que possibilitariam a integração de algumas das disciplinas curriculares. Entretanto, nos discursos construídos no campo da Educação Ambiental, alguns autores questionam quanto a mesma tornar-se uma disciplina ou ser um tema transversal ou ainda ser uma temática que supere a organização disciplinar da escola.

Neste sentido autores como Oliveira (2007) e Palharini (2007) problematizam e apontam para a superação da questão disciplinar.

No texto “Educação ambiental – ser ou não ser uma disciplina: essa é a principal questão?!”, Oliveira (2007) problematiza um consenso em torno em torno da ideia de que a educação ambiental não deve ser uma disciplina, no qual aponta aspectos relacionados ao currículo, a organização e o funcionamento das escolas e a necessária formação ambiental dos professores como dificuldades que fortalecem os argumentos para a constituição da educação ambiental como disciplina, ao mesmo tempo destaca a sua fragilidade ao apontar para a necessidade de um olhar integrado e integrador para compreender aspectos dos problemas ambientais e suas possíveis soluções.

Palharini, posicionando-se com um olhar crítico à perspectiva interdisciplinar e transversal da educação ambiental, aponta a impossibilidade da constituição de um saber ambiental que respeite a complexidade do tema, pois a interdisciplinaridade pressupõe uma organização disciplinar que, delimita os critérios de verdade em que se considera possível administrar o conhecimento estabelecendo sua regularidade e ordem.

Se a discussão sobre meio ambiente no espaço escolar é baseada no conhecimento científico de forma a não escapar do estado disciplinar, podemos pensar, então, que fica comprometida toda proposta de compreensão desse tema. O olhar sobre o meio ambiente a partir da sobreposição de diferentes disciplinas e de seus diferentes objetos, além de não ser suficiente para o entendimento da multiplicidade de fatores que compõem uma problemática ambiental, acaba, ao mesmo tempo, restringindo a atividade do pensamento por basear-se em uma pré-formatação do conhecimento dividido em “arquivos” científicos, que dirigem a análise de modo a excluir qualquer possibilidade de relação que fuja dos moldes considerados como válidos pelo discurso científico. (PALHARINI, 2007, p. 37).

Nos estudos acerca da educação ambiental, mesmo com as indicações nos instrumentos legais, as considerações sobre a disciplina ou interdisciplinaridade são presentes. Loureiro (2007, p. 70) participa dessa discussão apontando como um dos desafios do educador ambiental sua “capacidade de repensar a estrutura curricular levantando os motivos históricos que conduziram a determinada configuração disciplinar e sua importância para o atendimento dos interesses dominantes na sociedade”. Acrescenta ainda as abordagens dos educadores ambientais em relação à discussão da interdisciplinaridade:

Por vezes, observo que há uma simplória recusa à disciplina, considerando impossível qualquer trabalho sério de educação ambiental enquanto a escola

estiver assim organizada ignorando sua própria dinâmica interna; por vezes se aceitam simplesmente as disciplinas como se fossem fenômenos históricos, portanto, o que nos resta é fazer o jogo e fragmentar a educação ambiental. (LOUREIRO, 2007, p. 70).

O autor considera ambos os enfoques reducionistas por desprezar os saberes e os sujeitos no processo de ruptura dessas estruturas.

A instituição escolar, visando um corpo disciplinado, lê o contexto escolar a partir do suposto foucaultiano como subsídios para discutir a racionalidade disciplinar nas ideias que o filósofo francês publicou no livro *Vigiar e Punir* em 1987, no qual a disciplina⁶ é vista como uma forma geral de dominação em que se formam os corpos dóceis.

É possível traçar uma genealogia do discurso da interdisciplinaridade em que se procure descrever as epistemes, as condições pelas quais se estabeleceram, e considerando os elementos internos desse discurso em uma análise de como o mesmo contribui para a subjetivação dos que colocam esse discurso em circulação e que se submetem a ele.

Nossas escolhas curriculares - tanto em termos de conteúdos quanto de metodologias - são o resultado de complicados processos culturais e sociais em que entram em jogo representações, estratégias de poder, busca de legitimação, ações de ocultação e dominação etc.(VEIGA-NETO, 1995, p. 112).

Essas tentativas de superação das disciplinas podem ser denominadas como integração disciplinar, currículo global, metodologia de projetos, currículo interdisciplinar e para Lopes e Macedo (2011) essa não é uma prática curricular “exclusivamente associada a perspectivas críticas, muito menos às teorias mais atuais de educação”.

A crise ambiental e as dificuldades para encontrar suas soluções por muito tempo foram relacionados com a fragmentação do conhecimento, sendo as ciências ambientais, através de método interdisciplinar, convocadas como forma de resolução dessas questões através da retotalização do conhecimento. Contrapondo essas ideias, o mexicano Enrique Leff

⁶ Foucault em seus estudos disciplinares está sempre se referindo a disciplina corporal, nascendo assim a mecânica do poder. A disciplina como uma mecânica do poder consegue definir as formas para que operem os corpos como se quer, aumentando a aptidão e acentuando a dominação. Essa coerção disciplinar como uma sequência metodológica organiza o múltiplo e impõe uma ordem criando espaços complexos que recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias, marcam lugares e indicam valores, garantem a obediência dos indivíduos, associados a economia de tempo e ação para além do corpo, como também para os saberes.

indaga que a crise ambiental é de fato uma crise de conhecimento que vem sendo ofuscada por “véu ecológico”.

Segundo Enrique Leff:

O projeto interdisciplinar tem mantido a vontade totalitária das ciências pela vida da articulação de disciplinas e campos do conhecimento, sem olhar para obstáculos paradigmáticos e os interesses disciplinares que residem e impedem tal via de completude. (LEFF, 2004, p. 36)

Contra o falido propósito de reintegração e retotalização interdisciplinar das ciências, propomos que as ciências ambientais não existem. E não existem porque estas não surgem de um processo de enlace que chegaria a dar a cada ciência o que lhe faz falta por seu fracionamento, mas pelo ambiente que emerge como um saber problematizando os objetos do conhecimento das ciências. (ibid p. 42)

Na avaliação de Veiga-Neto (1995), algumas práticas interdisciplinares, para além da perspectiva da educação ambiental, não conseguiram muito êxito pois a lógica disciplinar engendra nossa relação com o mundo, e para lograr alguma alteração nessa lógica seriam necessárias alterações na relação poder-saber:

[...] a disciplinaridade é a maneira pela qual o conhecimento não só se organizou como, ainda e principalmente, organizou o próprio mundo contemporâneo. As formas como funcionam os poderes modernos, bem como as relações entre poder e saber (a ponto de criar uma inseparabilidade poder-saber), têm implicadas, em si, um saber que se fez necessariamente disciplinar.(VEIGA-NETO, 1995, p. 111).

As dificuldades em fundir um campo epistemológico único através da interdisciplinaridade, como uma tentativa de vencer a fragmentação do conhecimento ou segmentação cartesiana corpo e mente podem ser observadas quando as disciplinas conseguem, no máximo, estabelecer uma conversa entre si, e desse diálogo muitas vezes tem origem uma nova disciplina. A saber, Veiga-Neto (1995) cita como exemplo a disciplina de Ecologia, vista por alguns como produto da interdisciplinaridade, pois agrega elementos da Biologia, da Física, da Geografia, da Matemática etc. Mas essa nova disciplina não substituiu qualquer uma dessas que lhe deram origem.

Em muitos estudos realizados sobre interdisciplinaridade é possível perceber como característica uma dimensão atitudinal do movimento interdisciplinar, conforme indica Veiga Neto (1995) como uma possibilidade de equilíbrio através da unificação:

[...] o que me parece fortemente desejável (no movimento interdisciplinar) é sempre procurar formas de "convívio disciplina" e, a partir daí, convívio

entre os praticantes "dessas disciplinas". [...] O que procuro salientar é o fato de que esse convívio disciplinar **não precisa e não deve** se apoiar numa promessa messiânica ou redentora de cunho epistemológico.[...] **Não deve** porque ela, a promessa, é ilusória - e, portanto, eticamente insustentável [...] Em outras palavras, não vejo qualquer problema com a busca do convívio pela positividade ética do convívio em si, ao invés de buscar esse convívio pela via de uma unificação/homogeneização dos saberes.(p. 116 – grifos do autor).

Para Veiga Neto (1995), os projetos pluridisciplinares, na acepção de trocas de conhecimentos, experiências e metodologias, guardam certa coerência, pois aceitam a legitimidade das disciplinas, o que não o torna um defensor das disciplinas, mas sua teorização contribui para compreendermos por que os currículos são organizados da forma como são e quais são suas implicações.

O autor tenta entender as relações entre organização curricular e transformações espaço temporais, sendo o currículo tanto um produto quanto é capaz de produzir formas de pensar. Esse convívio disciplinar não pode ser isento de tensões e conflitos, como a conquista de um equilíbrio definitivo, pois todas as propostas de flexibilização do currículo são tentativas de adequá-lo às mudanças dos espaços temporais, nas quais as disciplinas se tornam cada vez mais não lugares, que deixam de ter identidade fixa.

Nos estudos curriculares, segundo Lopes e Macedo (2011, p. 252), a perspectiva discursiva substitui a ideia de estrutura, ao deslocar a ideia de estruturas fixas e definitivas de significação, para reestruturações discursivas, provisórias e contingentes. Ao compreender a multiplicidade de determinações dos currículos, pode-se entender como ele é significado, e esta significação se dá através de discursos que estabelecem as regras de produção de sentido, construindo um centro provisório e contingente de significação. Ao considerar a discursividade nos estudos curriculares, “abre-se a possibilidade de entender as relações entre estrutura e ação de forma não dicotômica [...] diferentemente do que realizam as mais usuais teorias sociológicas” (p. 253). Ao considerar currículo como discurso não são exclusivamente palavras que estão em jogo, mas sim significados teóricos e práticos que estão em disputa pela formulação de visões de mundo.

3. Governamentalidade como tear

Este trabalho se inclina a desenvolver uma analítica foucaultiana sobre o tema da educação ambiental e os discursos de sustentabilidade utilizando alguns dos conceitos construídos pelo filósofo como pano de fundo das problematizações realizadas, optando-se assim pelo uso da ideia de governamentalidade⁷ como ferramenta para este trabalho investigativo.

Ao desenvolver seus estudos sobre poder-saber, Foucault não se volta para questões centradas no *que* e *quem*, o interesse está no *como*, principalmente nas formas pelas quais o poder se organizou de modo a gerar certas práticas discursivas e não discursivas, práticas essas que podem funcionar como verdades que subjetivam a formação dos sujeitos, e conseqüentemente da sociedade (VEIGA-NETO, 2005). O filósofo francês não trata do poder como algo que se possua ou que possa ser reivindicado, e sim como algo que só existe quando relações são estabelecidas. Em *Vigiar e Punir* ele indica que o poder produz saber, que “poder e saber estão implicados; não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”. (FOUCAULT, 2009, p. 30)

Em seus estudos, ele aponta para três modelos de exercício de poder que atuaram e ainda atuam na contemporaneidade, se complementando: o poder da soberania, o poder disciplinar e o biopoder. Gallo e Veiga Neto (2007) resumem a passagem dos estudos foucaultianos pelas tecnologias disciplinares, as relações e jogos de verdade e poder no domínio do ser-poder como segue:

As tecnologias disciplinares são construídas no âmbito mesmo da soberania, como uma forma de domar os corpos dos indivíduos, como uma forma de introjetar a dominação. Podemos dizer então que a própria noção moderna de indivíduo é um efeito de exercícios de poder, pois o disciplinamento que faz com que o indivíduo emerja. As instituições disciplinares começaram a tomar forma a partir do século dezessete e se consolidaram durante o dezoito. É no final deste século que começou a se delinear a tecnologia do biopoder, quando a disciplina já cumpriu seu papel de individuação. E o biopoder permitirá o exercício sobre um novo corpo político: a população. O biopoder que possibilita a governamentalidade dos povos. (GALLO; VEIGA-NETO, 2007, p. 9)

⁷ Governamentalidade não como um enquadramento teórico fechado, mas operacionalizado como ferramenta analítica genérica para examinar a complexidade das relações envolvidas em práticas de governo através das quais a verdade é produzida.

Essa dimensão da produção teórica de Foucault envolvida com as relações de poder também é reconhecida por vários autores como genealogia⁸. As três tecnologias de poder não se excluem, elas atuam em níveis distintos.

Ao problematizar a emergência da população como um problema político, científico, biológico e de poder, Foucault (apud GALLO; VEIGA-NETO, 2007) aborda tal questão com base na perspectiva do que ele denomina biopolítica. Esse novo tipo de poder que assume o corpo político, tem como objetos de saber as formas de controlar essa população, e esse controle ocorre por intermédio de mecanismos reguladores, como por exemplo, as normas. Ao mesmo tempo em que individualizam, as normas remetem ao conjunto, o que permite a comparação entre si e entre cada elemento do conjunto.

Por tratar da população, Foucault argumenta que são necessárias novas tecnologias de controle que compõem as tecnologias da biopolítica, como por exemplo o controle da população tomando por base os dados estatísticos. Esse mecanismo permite agir de forma massificada ao estabelecer estratégias para acompanhar nascimentos, morte, doenças, entre outros e intervir em fenômenos que fazem referência às relações de existência dos seres humanos na sua dimensão sociocultural e político-econômico. Sendo o biopoder ancorado em uma razão de majoração da vida, seu prolongamento e equilíbrio, a morte parece ser o seu limite, algo que escapa ao biopoder. De certa forma, o biopoder age negativamente a morte, associando-a a um tabu, ou algo que se deva esconder (GADELHA, 2009).

Em seus estudos, Foucault propõe a ampliação da compreensão da biopolítica através de formulações desenvolvidas em seus cursos realizados em *Collège de France* entre 1977 e 1979, denominados *Segurança, Território e População* e *Nascimento da Biopolítica*, abordando a gênese de um saber político que orbita em torno da emergência da população, que toma como eixo central “os tipos de racionalidade que envolvem [...] procedimentos, mecanismos, táticas, saberes, técnicas e instrumentos destinados a dirigir a conduta dos homens” (GADELHA, 2009, p. 120). Essa ampliação do conceito de biopolítica se reinscreve como governamentalidade.

Para Fimyar (2009), a governamentalidade pode ser usada como ferramenta de análise das complexas ligações entre as formas de governo e suas racionalidades sobre o governar.

⁸ Ao longo de seus estudos, Foucault efetuou alguns deslocamentos teóricos articulados em torno de três processos denominados por alguns autores como dimensões, domínios ou métodos, em que o primeiro domínio é denominado como arqueologia, voltado para questões epistêmicas, interrogando práticas discursivas; a genealogia, que se caracteriza como seu segundo deslocamento, no qual o autor analisou e interrogou as múltiplas relações de poder; e o terceiro domínio, o da ética, em uma análise da constituição de si mesmo como sujeito.

Através da analítica da governamentalidade, torna-se possível examinar as práticas de governo⁹ e as “formas pelas quais a *verdade* é produzida nas esferas social, cultural e política” (p. 37).

O termo governamentalidade, ainda em Fimyar (2009), pode ser acompanhado por dois significados, um mais geral que o relaciona como *arte de governar* - um pensar sobre o Estado e sua racionalidade do governo em que questões como território, administração de recursos e implicações externas contra o Estado são substituídas por questões que envolvem a população, o poder sobre a vida (biopoder) e situações internas que ameaçam a população. O segundo significado o caracteriza como uma *governamentalidade liberal*, em que é possível identificar uma evolução de formas centralizadas de poder para descentralizadas e difusas exercidas por instituições e por sujeitos, se distinguindo da arte de governar do Estado. O primeiro significado aqui descrito, identificado como a “gênese do poder sobre a vida foi ofuscada pela análise da governamentalidade liberal” (FIMYAR, 2009, p. 38).

Pode-se considerar que a governamentalidade, a arte de governar evoluindo para uma ciência política, apresenta como fio condutor o governo dirigindo o comportamento dos homens através de procedimentos, táticas, mecanismos e saberes, em que o saber privilegiado é o da economia e que tem na população seu objeto fundamental, pois esta é considerada tanto uma finalidade, como instrumento de governamentalidade e, utiliza de dispositivos de segurança como seus mecanismos de atuação.

Diante disso, Fimyar (2009) ainda afirma que a governamentalidade liberal é tanto individualizadora (preocupa-se com cada indivíduo) como totalizadora (preocupa-se com a população como um todo), e passa a ser o “governo de tudo e de todos” (p. 41) através e em nome da liberdade, todavia uma liberdade que se acomode conforme o que é considerado normal dentro da cultura de uma sociedade. A importância da liberdade como elemento constituinte da governamentalidade é reforçada por Peters (2011), quando o autor indica a que o “liberalismo supõe a liberdade do indivíduo, pois o poder é definido precisamente em relação à liberdade do indivíduo para agir” (p. 217).

⁹ Diferenciação entre governo e governo sugerido por Veiga-Neto nas leituras de Foucault, em que o “vocábulo governo – o único usado em textos foucaultianos, seja nas traduções para língua portuguesa, seja nos textos escritos por autores de língua portuguesa – passe a ser substituído por governo nos casos em que estiver sendo tratada a questão da ação ou ato de governar.” (VEIGA-NETO, 2005, p. 82)

Liberdade em Foucault não possui nenhuma conotação a-histórica, predeterminada ou transcendental. Também não é uma ideologia; para o filósofo, liberdade é antes de tudo uma tecnologia de poder.

A liberdade pode ser considerada um dos elementos essenciais da governamentalidade, e deve ser compreendida como inserida nas transformações das tecnologias de poder e correlata à implantação dos dispositivos de segurança. De certo, tal liberdade está situada em conexões culturais e institucionais de ações livres, e não de liberdade, em que os agentes dessas relações se referem a si mesmos com agentes desta ou daquela liberdade (MALETTE, 2011).

Ainda em Fimyar (2009), essa nova forma de governamentalidade característica da sociedade ocidental é resultado da intersecção de modalidades de poder que se complementa, que é internalizado pelos sujeitos na forma do governo do eu. Essa interdependência entre o governo no nível do Estado e no nível do eu perpetua práticas existentes de conduta da conduta, ou seja, de governamentalidade “a partir do que consideramos ser a verdade sobre nossa existência” (ibid p. 41).

O deslocamento da governamentalidade liberal para neoliberal é descrito por Foucault ainda no curso *Nascimento da biopolítica*, em que o autor menciona as versões de neoliberalismo que possuem suas raízes na Alemanha, Estados Unidos e França. Peters (2011) apresenta as principais diferenças que marcam esse deslocamento do liberalismo para o neoliberalismo, em que o segundo resignificou o conceito de mercado considerando-o como um constructo social que deve ser protegido jurídica e institucionalmente pelo governo para blindar os negócios. A ênfase na livre conduta dos indivíduos governados como racionalidade presente no liberalismo perde seu lugar para a racionalidade econômica de “regulamentações e limitações arranjadas e impostas de condutas livres, empresariais e competitiva de indivíduos econômicos- racionais” (BURCHEL apud PETERS, 2011, p. 219). A lógica empresarial se institucionaliza como um princípio geral organizacional da sociedade, reforçada ainda pelo argumento em favor de um estado mínimo, que se limita aos direitos individuais como consumidor.

Como bem assinala Peters, trata-se de uma reconstrução cultural baseada na lógica do mercado e que de forma rizomática¹⁰ se insere nos diferentes domínios sociais (PETERS, 2009, p. 222):

¹⁰ O conceito de rizoma surge em Deleuze e Guattari, em que a estrutura do conhecimento assume forma fascicular, em que não há ramificações, e sim pontos que se originam de qualquer parte, e se dirigem para quaisquer pontos. Para saber mais, GALLO, Silvio. **Deleuze e a Educação**, 2008.

O imperativo econômico é o que predomina [...] De forma crescente, questões de sobrevivência e competição econômica nacional na economia mundial são vistas, sob o olhar do neoliberalismo, como questões de reconstrução cultural. A tarefa de cultura de reconstrução em termos da empresa em envolvido remodelar as instituições de acordo com critérios comerciais e encorajar a aquisição e uso de qualidades empresariais e empreendedoras.[...] Se aceitamos que a noção de empresa não está confinada aos negócios, [...] então podemos querer reconhecer outros conceitos de empresa, ligados às noções de iniciativa, praticas sustentáveis ou simplesmente sobrevivência no sentido mais grosseiro.

Sob esse novo espírito do neoliberalismo, a governamentalidade se baseia em processos e políticas de subjetivação através de gestão, de práticas e saberes psicológicos, propagandas e publicidades buscando programar atividades e comportamentos dos indivíduos, programando e controlando suas formas de agir, pensar, sentir e situar-se diante de si e do mundo a partir dos princípios econômicos:

Esses processos e políticas de subjetivação, traduzindo um movimento mais amplo e estratégico, que faz dos princípios econômicos (de mercado) os princípios normativos de toda sociedade, por sua vez, transformam o que seria uma sociedade de consumo numa sociedade de empresa (sociedade empresarial, ou de serviços), induzindo os indivíduos a modificarem a percepção que têm de suas escolhas e atitudes referentes às suas próprias vidas e às de seus pares, de modo a que cada vez mais estabeleçam entre si *relações de concorrência*.” (GADELHA, 2009, p. 151)

Foucault amplia as ideias sobre essa nova forma de governamentalidade evidenciando alguns elementos que configuram essa transmutação, e que constituem a base do que podemos chamar de governamentalidade neoliberal: o mercado como produtor de verdades, a supervalorização da utilidade, o fortalecimento da noção de interesse e a ampliação da racionalidade governamental em escala global (Gadelha, 2009).

Convergindo com as problematizações propostas por este trabalho, destacamos o papel do mercado e da mídia como produtores de verdade, e convém retomar como Foucault implica o saber inscrito no domínio ser-saber, identificando-o como um dispositivo político indissociável de mecanismos de poder em que a formação desses mecanismos e os regimes de verdade se baseiam nas relações poder-saber. Fonseca apud Gadelha (2009), partindo da noção de governamentalidade, argumenta que há necessidade de pensar o saber, o poder e a subjetivação articulados para a conduta da população:

[...] a relação entre os três domínios – saber, poder, subjetivação – poderá ser pensada de um modo diferente. Não se trata mais de mostrar como as formações de saber e as formas de subjetivação são produzidas pelos

mecanismos de poder, mas sim pensá-los como três domínios que se articulam no interior de uma determinada ‘arte de governar’(FONSECA apud GADELHA, 2009, p. 141).

Essa conduta constituída através da articulação desses três domínios tem em vista a manutenção da segurança da população, que é essencial à base da prosperidade do Estado. Esses domínios são articulados por dispositivos de segurança que se configuram tanto como exército, polícia e serviços de inteligência, quanto como educação, saúde e bem-estar. A biopolítica pode ser assim considerada como um amplo terreno da política que atua diretamente na administração dos processos de vida da população influenciados “pelas condições sociais, culturais, econômicas e geográficas de vida [...] a condições de vida e trabalho que chamamos de ‘estilo de vida’, [...] que refere-se à biosfera que os seres humanos habitam” (DEAN apud FIMYAR, 2009, p. 40).

Segundo Gadelha (2009), os estudos de Foucault sobre governamentalidade tinham como objetivo destacar algo singular ou específico sobre este tema, sem reduzi-lo a categorizações mecanicamente determinadas. Se a biopolítica se insere como uma tecnologia de poder tanto totalizadora como individual, Foucault estende a análise da governamentalidade dos outros para uma análise do governo de si, apontando para a governamentalidade como um processo em que técnicas de dominação sobre os outros (totalização) e sobre si (individualização) se encontram. Porém o autor adverte que essa totalização e individualização nunca acontecem em termos absolutos, pois não há poder sem resistência.

3.1 Ecogovernamentalidade: um dos pentes do tear

Atualmente muitos pesquisadores têm se pautado nos conceitos empreendidos por Foucault - seu caráter transversal permite tal feito - para desenvolver análises e pesquisas que possuem como objeto de estudo questões presentes na Contemporaneidade. Como exemplo, o conceito de governamentalidade foi utilizado pelo pesquisador Sebastien Malette, da University of Victoria, no Canadá, para analisar a racionalidade do governo pautada em questões ambientais, e cunhou dessa forma um novo termo: ecogovernamentalidade.

A reorganização dos elementos como população, segurança e economia com base em uma nova episteme ecológica, faz parte da proposta de Malette (2011) que amplia a análise genealógica de Foucault incluindo as racionalidades ecológicas presente nos governamentos.

A ecogovernamentalidade problematiza a (re)introdução da natureza no centro das racionalidades políticas ocidentais e examina os efeitos de sentido que formulações sobre a natureza produzem nas configurações sociais e culturais:

É aí que o conceito de governamentalidade de Foucault se encaixa: não apenas para explorar as dimensões das nossas experiências constituídas por todas as maneiras de refletir e agir que visam modelar, administrar, regular a conduta das pessoas, mas também recolocar a problemática da normalização conjugada com a natureza, tal como tem sido delineada no ocidente durante os três últimos séculos. (MALETTE, 2011, p. 11)

A administração das populações quando subordinadas a propostas mais amplas de administrar a vida com base nas racionalidades ecológicas dos governamentos, propõe um deslocamento de biopolítica para a ecopolítica, em que o conceito de biopolítica é ampliado incluindo todas as necessidades para a manutenção da qualidade de vida, e isso se dá através de regulamentações ambientais.

Para ilustrar esse deslocamento, o autor indica que a racionalidade ecológica no governo emergiu tanto de um contexto de preocupação com a poluição, quanto de expansão colonial, sendo o segundo o de maior interesse, advertindo que a preocupação ambiental desde o início esteve ligada à expansão econômica. Dessas práticas emergiram múltiplas relações de poder-saber como uma tentativa de governamentalizar a natureza.

O deslocamento da biopolítica para a ecopolítica trouxe a necessidade de modelar estatisticamente o conceito de ambiente, com a intenção de operar seus modelos caóticos e aleatórios, transformando-os em previsíveis e controláveis. Esse destaque da estatística como elemento da governamentalidade é o que potencializa a matematização da natureza, o que por sua vez possibilita a produção de normas em relação à natureza, o que origina a formulação de verdades sobre “modos ecológicos de conduta pelos quais se espera que indivíduos racionais governem a si e aos outros”(MALETTE, 2011, p. 14).

A normatização dos comportamentos denominados como ambientalmente adequados, tecidos pela ecogovernamentalidade podem encontrar nas produções midiáticas o instrumento de constituição e massificação dessas informações que dão o tom às subjetividades que atuam na construção de culturas de sustentabilidade.

Para explorar essa perspectiva que se abre entre educação, subjetividades e mídias no contexto dos discursos da sustentabilidade presentes sobre a Rio + 20, nos pautamos nos estudos de Fischer (2002), que denomina como *dispositivo pedagógico da mídia* o:

[...] processo concreto de comunicação em que a análise contempla não só questões de linguagem, de estratégia de construção de produtos culturais [...] mas sobretudo questões que se relacionam com poder e formas de subjetivação. (FISCHER, 2002, p.155)

O dispositivo pedagógico de mídia pode ser considerado uma estratégia disciplinar e de controle, fazendo dos elementos midiáticos aliados essenciais da sociedade de controle, instaurando subjetividades e integrando-as ao funcionamento social, conformando o biopoder e/ou ecopoder como uma nova tecnologia de poder que evidencia uma ação sobre a ação dos outros.

Percebemos o quanto a disciplina é uma importante estratégia para colocar em operação essa tecnologia de poder de gerir a vida da população. O biopoder não funciona sozinho, ele precisa que o sujeito esteja disciplinado para atender ao convite, para realizar ações que visem o bem-estar da coletividade. Com intervenções na vida individual da população, o biopoder vai conduzindo as condutas da massa de indivíduos, agindo nas ações cotidianas dos sujeitos, buscando interpelar o ‘cada um’, a pensar no potencial ‘desastre’ para todos. (HENNING et al, 2010, p. 11)

Biopolítica e ecopolítica, governamentalidade e ecogovernamentalidade, movimentos teóricos que se diferenciam pela ampliação e/ou especificação do foco de análise, mas que exprimem uma mesma racionalidade.

As práticas que constituem as relações de *cada pessoa consigo mesma* e as *relações com o todo*, ou seja, a individualização e a totalização, fazem com que a pluralidade de sujeitos e de corpos sociais sejam atravessados pelo mesmo discurso normativo, sugerindo uma forma de exercício contínuo de auto-avaliação em que o sujeito se reconhece nas formas de comportamento socialmente aceitáveis.

Os aprendizados sobre os modos de pensar, ser e agir em uma contemporaneidade marcada por uma cultura de sustentabilidade contam com a contribuição inegável dos meios de comunicação. Estes não se limitam a ser uma fonte básica de informação e lazer, trata-se de um lugar extremamente poderoso no que se refere à produção e circulação de representações e valores que fazem com que os espaços de mídia se constituam como lugares de formação, ao lado da família e da escola (HENNING, 2010). Atualmente, o poder do discurso encontra nos elementos midiáticos seu principal espaço de formação, pois este interpela direta ou indiretamente os sujeitos que compõem esses outros espaços, dessa forma apresenta considerável influência nos lugares família e escola.

O dispositivo pedagógico da mídia se insere como uma ferramenta robusta de ecogovernamentalidade, e em virtude disso a análise discursiva presente neste trabalho se

propõe a problematizar uma materialidade midiática que pode ser vista como constituinte da ecopolítica, que se pauta na Rio + 20 como acontecimento histórico e discursivo.

4. Um tipo de tecido: encarte Planeta Sustentável

As mídias aparecem como “a fonte” em que toda a sociedade tem se apoiado para construir suas ideias sobre sustentabilidade, e com a escola e os educadores não poderia ser diferente. Revistas, jornais, programas televisivos, vídeos e a internet têm sido utilizados como referências bibliográficas pela qual se realizam as pesquisas, obtêm-se informações para que possamos compreender a dinâmica das questões socioambientais, e as mais recentes teorias e discursos sustentáveis. Atualmente podemos encontrar muitas produções midiáticas que se baseiam na emergência das questões ambientais em que alguns têm dado destaque a esse tema entre suas publicações, enquanto outros se especializaram como foco de toda sua produção.

No ano de 2012, a temática ambiental teve destaque ainda maior nas mídias, não só brasileiras como de todo o mundo, em virtude da realização na cidade do Rio de Janeiro da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU). O evento também foi chamado de Rio + 20.

Em 1992, também no Rio de Janeiro, aconteceu a primeira conferência que recebeu esse mesmo nome, e que foi considerado um dos maiores eventos ambientais já realizados até então. Reuniu chefes de estados, diplomatas, cientistas, a mídia, e representantes de organizações não governamentais de 179 países, num esforço maciço para reconciliar as interações entre o desenvolvimento humano e o meio ambiente. O evento foi realizado por ocasião do 20º aniversário da Conferência de Estocolmo sobre o meio ambiente humano (1972), a primeira conferência mundial que tratou da natureza, tanto global quanto transfronteiriça, da degradação e poluição ambientais.

Em 2002, a ONU organizou a Rio+10 ou Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizado em Johannesburgo, África do Sul, que teve como objetivo discutir e avaliar as soluções já propostas na Rio 92.

Passados vinte anos após a conferência Rio 92, o evento ocorrido em 2012 se caracterizou, segundo o site da Organização das Nações Unidas (ONU), como “a maior Conferência da ONU já realizada, com ampla participação de líderes dos setores privados, do governo e da sociedade civil, bem como funcionários da ONU, acadêmicos, jornalistas e o público em geral”, e teve como principal objetivo discutir a agenda mundial do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas, apresentando como pauta principal para as discussões a chamada economia verde.

Com esse forte contexto ambiental constituindo-se como o pano de fundo da maioria dos elementos midiáticos do ano de 2012, chama a atenção as produções midiáticas do projeto Planeta Sustentável, composto por publicações presentes em revistas da Editora Abril e por um site de conteúdos específicos sobre meio ambiente.

O Planeta Sustentável é um projeto liderado pela Editora Abril em parceria com as empresas CPFL Energia, Bunge, SABESP, Petrobras, Grupo Camargo Corrêa e CAIXA que tem como objetivo:

[...] debater, informar e produzir conhecimento sobre Sustentabilidade de maneira sistemática para os mais diversos públicos [...] este movimento lançado pela **Editora Abril** combina um detalhado planejamento anual à realização de novas ações para atender esta missão: disseminar informação e referências sobre sustentabilidade. (www.planetasustentavel.abril.com.br/movimento/, 2012).

Segundo as informações que constam no endereço eletrônico do projeto, o Planeta Sustentável teve início em junho de 2007, participa de cerca de 38 publicações da Editora Abril além do projeto estar na internet com um dos maiores sites nacionais especializado sobre a temática ambiental.

Uma das razões que influenciaram na definição deste meio midiático como objeto de estudo desta pesquisa é a abrangência nacional das publicações que pode ser demonstrada pelas informações obtidas no próprio site do projeto, que indicam que mais de 15 milhões de pessoas por ano têm acesso às informações veiculadas pelo mesmo:

Participam do **Planeta Sustentável 38 publicações**. Em três anos de movimento, completos em junho de 2010, foram mais de **3 mil páginas publicadas** pela **Abril**. Todas essas reportagens e **mais 4 mil conteúdos exclusivos compõem o maior site dedicado ao tema** no país. Para as crianças de 6 a 12 anos, o site Meu Planetinha apresenta reportagens, vídeos, pesquisas, testes e resenhas de livros e filmes. Dicas de como incorporar a sustentabilidade ao cotidiano foram reunidas no Manual de Etiqueta para um Planeta Sustentável. As duas edições do guia somam **5,2 milhões de cópias distribuídas**. Hoje já são 120 dicas, todas disponíveis no site. O **Planeta Sustentável** realiza também campanhas de conscientização em **mais de 150 páginas duplas** da **Editora Abril**. [...] Três anos de movimento. Resultados? **Falamos com mais de 15 milhões de pessoas por ano**. Essa é nossa audiência em revistas, sites, eventos e redes sociais. (www.planetasustentavel.abril.com.br/movimento/, 2012. Grifos meus)

Os dados encontrados no site do projeto datam de 2010, mesmo assim conseguem indicar a sua enorme abrangência. Se pensarmos que nos últimos anos a temática ambiental vem ganhando ainda mais espaço, esses valores certamente podem ser aumentados.

Por se tratar de um produto de uma atividade discursiva analisado pelo viés da governamentalidade, o uso desse objeto de pesquisa já estaria justificado, porém os dados apresentados indicam sua abrangência como uma forma eficiente de gestão de informação para a grande massa, ou seja, para o corpo político que é o alvo das tecnologias de biopoder, tornando o objeto em questão um rico material de análise discursiva para problematizar os efeitos de sentido e as implicações dos discursos sobre sustentabilidade ligados a Rio + 20.

Podemos nos referir ao rádio, cinema, televisão, recursos eletrônicos, virtuais, imprensa escrita como revistas, livros, jornais entre outros como elementos que constituem o que denominamos como mídia, um termo originário do Latim (*medium*) e tornou-se *media* (*mass media*) na língua inglesa, adaptado à língua portuguesa mídia como sendo “todo suporte de difusão da informação que constitui uma forma intermediária de expressão capaz de transmitir mensagens, meios de comunicação social de massa” (MORAIS, 2004 p. 82).

Os textos midiáticos contemporâneos podem ser vistos, segundo Pinheiro (2002) como gêneros híbridos que misturam informação, publicidade, entre outros, e destaca que os mesmos são:

[...] formas de representar práticas socioculturais dentro de práticas socioculturais institucionalizadas que envolvem participantes (produtores e receptores), mediados pelo teto, a partir de contratos tácitos que vinculam as duas pontas do processo de comunicação (produtores e receptores) numa incessante tarefa de produção de sentido a partir do querer dizer do produtor e do que é interpretado pelo receptor.” (PINHEIRO, 2002, p. 287)

Esses textos em questão seguem um padrão editorial definidos com base em uma combinação de razões ideológicas e econômicas (de vendagem), o que determina assim os destaques, o que pode ou não ser escrito, como um jogo de legitimação que faz funcionar a lógica discursiva midiática. Segundo Navarro (2010, p.84), os textos midiáticos são lugares em que “os sujeitos que nele fala é, ao mesmo tempo, aquele que pode dizer a verdade dos fatos [...] e aquele que pode produzir os fatos [...] na sua verdade e submetê-los à realidade – pelo poder que exerce na sociedade”.

Como anteriormente citado, os suportes e textos midiáticos têm sido a principal referência bibliográfica quando o assunto é sustentabilidade, e a presença do encarte Planeta Sustentável pode estar sendo a fonte no qual muitos educadores obtêm informações sobre o assunto, podendo ser potencializado quando o mesmo é publicado em revistas especializadas

no universo escolar, como por exemplo, a Revista Nova Escola, que compõe o cartel de revistas da Editora Abril e publica todos os meses o encarte do projeto entre as reportagens contidas na revista.

Considerando: o contexto temporal e histórico, a grande quantidade de conteúdos produzidos e veiculados pelos meios de comunicação social relacionados à conferência Rio + 20, o caráter quase universal do projeto Planeta Sustentável devido à abrangência que ele alcança no território brasileiro, minha participação na conferência e o uso das mídias por parte de muitos professores como fonte de informação para a prática da educação ambiental, optou-se dessa forma por analisar discursivamente o encarte publicado na Revista Nova Escola, edição nº 249, Janeiro/Fevereiro 2012, que trata sobre a conferência Rio + 20.

Como este trabalho se dedica à análise dos discursos de sustentabilidade presentes nas mídias e como os mesmos atravessam as práticas de educação ambiental, e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, também chamada de Rio + 20, aqui vista como um acontecimento que pertence ao campo ambiental, mas que se torna um acontecimento midiático, nos interessa discutir a influência que esses discursos podem ter na vida da sociedade contemporânea, seu potencial como ferramenta da subjetivação dos sujeitos e das práticas de educação ambiental.

Para abordar a relação acontecimento e discurso, trago brevemente a este estudo a contribuição de outro filósofo francês, Michel Pêcheux, o qual possui um histórico de distanciamento e aproximação teórico das ideias de Foucault.

Para Pêcheux, os acontecimentos históricos dão a circular os acontecimentos discursivos, destacando que um mesmo acontecimento histórico pode dar origem a enunciados distintos, construindo acontecimentos discursivos distintos (LUZ, 2011).

Ao tomar o acontecimento Rio + 20 como objeto de discurso de textos midiáticos, considerando o momento histórico-social, este objeto não pode ser mais considerado um objeto próprio como se fosse fechado em si mesmo, mas, ao contrário é uma construção discursiva não fixa, que pode ser construída por diferentes perspectivas, não emitindo nenhum tipo de verdade única. Assim, cada nova abordagem de suportes ou textual midiáticos sobre a Rio + 20 reorganizam-se as construções discursivas e, portanto a possibilidade e efeitos de sentido desse acontecimento. Cada enunciado sobre o tema, mesmo que remetendo ao mesmo fato, produz diferentes significações.

Na análise do acontecimento discursivo, o analista tem o papel de trabalhar o (ou um dos possíveis sentidos?) sentido sobre o sentido, deve considerar que toda descrição está exposta aos equívocos da língua e principalmente, que o discurso sempre seja analisado

considerando o emaranhado formado pelas redes de memória e trajetos sociais dos quais emana (PEREIRA, 2010).

Ao eleger a Rio + 20 como o acontecimento, coloco em movimento e sincronização temporalidades individuais, coletivas, econômicas e políticas, em que seus efeitos de sentido e os desvios de interpretação percorrem espaços, recortam, atravessam e articulam os discursos que são colocados em circulação pelos meios de comunicação social.

4.1. Identificando tramas e urdimentos: análise discursiva do encarte Planeta Sustentável

O encarte do projeto Planeta Sustentável, coloca-se como um objeto interessante para ser analisado discursivamente por todas as considerações tecidas anteriormente. Ao iniciar a análise foi possível identificar que o material apresenta algumas regularidades em seus mais de cinco anos de circulação, tais como: a estrutura do encarte sempre marcada pela evidência de seu logotipo; a presença de ilustrações e de elementos textuais nos quais os enunciados são destacados pelo tamanho e tipo de fonte; as publicações são de 1 a 2 páginas; há indicativos com a presença de símbolos que demonstram a presença do projeto em redes sociais virtuais e em site; sempre são destacados os logotipos dos colaboradores/patrocinadores e, na revista Nova Escola, podemos observar que junto aos encartes de algumas publicações apresentam propostas como: “Planos de Aula – Clique e Confira”, os quais convidam os professores a acessarem, no site da revista, planos de aula que tratam do mesmo assunto abordado no encarte. As publicações também possuem um elemento textual à esquerda no rodapé que informa os objetivos do projeto.

O encarte eleito como o material de pesquisa deste trabalho foi publicado na revista Nova Escola, ocupa as páginas 106 e 107, numa publicação com o total de 114 páginas.

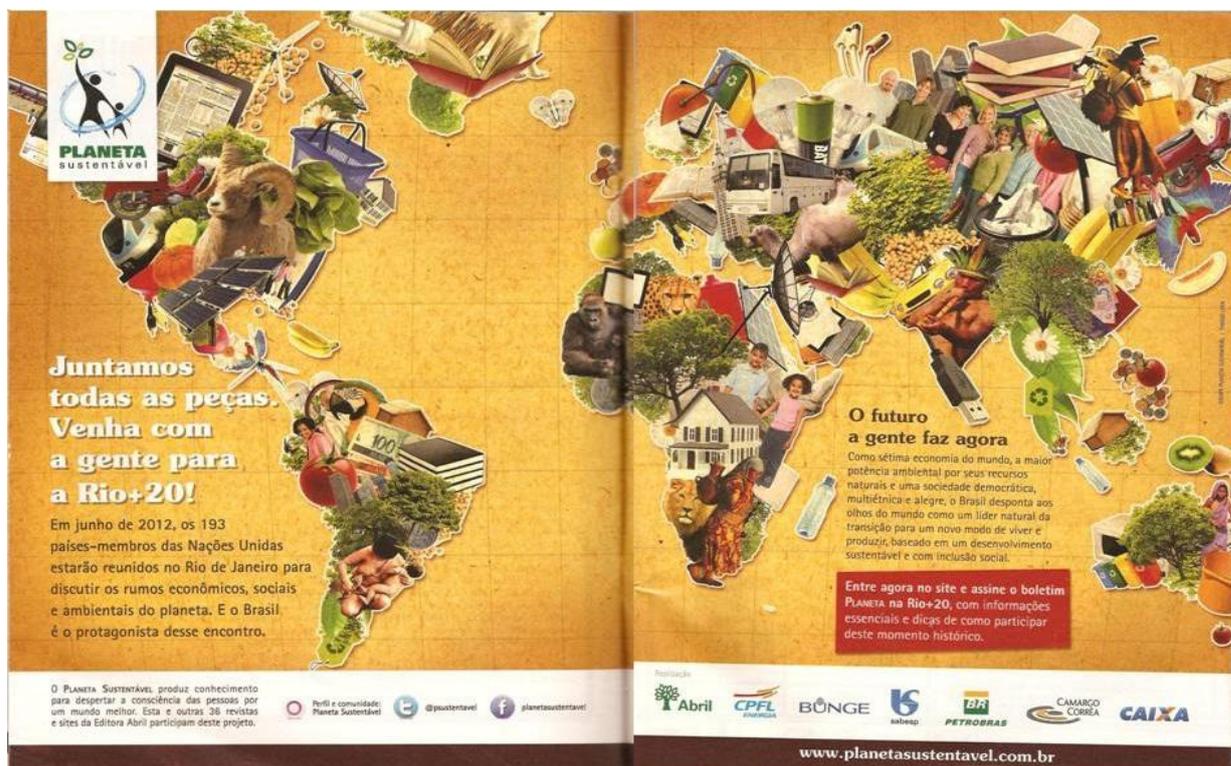


Figura 1 – Encarte Planeta Sustentável publicado na Revista Nova Escola edição nº 249, Janeiro/Fevereiro 2012 (Anexo1)

4.1.1. Condições de produção do discurso

Nessa parte do texto temos por objetivo problematizar não apenas a importância em analisar as condições de produção como também as tramas que possibilitaram a produção dos discursos que tomamos como material de análise.

Para tanto, vamos iniciar salientando o fato de aparentemente haver certo “modismo” quanto aos discursos sobre meio ambiente e sustentabilidade, vinculados ao jargão do politicamente correto. A grande exploração do discurso sobre sustentabilidade tem sido assim, utilizado por diferentes segmentos sociais, mas, em especial pelo marketing empresarial (ME). No campo do ME os discursos sobre sustentabilidade são utilizados estrategicamente como propagandas que buscam agregar valores politicamente corretos aos produtos e/ou serviços produzidos por essas empresas.

A aposta desse ME é que ao caracterizar a empresa como ambientalmente correta ou com intenções de contribuir para a sustentabilidade do planeta, a mesma alcance um nicho de consumidores que optam por produtos e serviços sustentáveis, os quais devem como uma nova estratégia que alimentar e aquecer o consumo nesses tempos contemporâneos. (FRANCO, 2012).

É dentro desse modelo discursivo que estamos agregando a empresa Editora Abril. Ou seja, entendemos que apesar da Editora Abril publicar no site do Projeto Planeta Sustentável que se trata do “primeiro projeto liderado por uma grande empresa de comunicação a debater, informar e produzir conhecimento sobre Sustentabilidade”¹¹ algumas análises realizadas durante esta pesquisa nos sugeriram ou apontaram para uma compreensão desse projeto (Planeta sustentável) como algo mais preocupado com questões de publicidade que ambientais. Em matéria publicada em 01 de fevereiro de 2007 no site do Clube de Criação de São Paulo¹² lemos o seguinte texto:

A Editora Abril apresenta ao mercado publicitário [...] o projeto Planeta Sustentável [...] prevê páginas publicitárias customizadas, produzidas pela equipe de criação da própria Abril. O número de anúncios irá variar conforme a cota adquirida. As páginas terão textos sobre a ação dos patrocinadores, na área de sustentabilidade. A Abril já está comercializando três cotas de patrocínio master, no valor de R\$ 5,6 milhões cada, e três de apoio, que custam R\$ 2,4 milhões cada. (<http://www.cbsp.com.br/ultimas/23591/resultado-busca>, 2013)

No próprio site do projeto, a matéria publicada em maio de 2013 comemora como uma conquista a reportagem publicada pela FIPP¹³ *Innovations in Magazines 2013 World Report*, (publicação mundial voltada para profissionais da mídia) a qual destaca o projeto Planeta Sustentável, como uma publicação relacionada a sustentabilidade. Ao longo da reportagem é reforçada a ideia do empreendimento publicitário que sustenta esse projeto como segue:

O projeto adota parcerias e patrocínio de empresas no que poderíamos chamar de ‘inserções publicitárias’, mas usa jornalistas para produzir projetos multimídia e impressos, com conteúdo gerado por usuários. (<http://planetasustentavel.abril.com.br/blog/planeta-em-acao/planeta-e-tema-de-reportagem-na-revista-mundial-fipp/>, 2013)

Diante da análise dos documentos acima citados, foi possível perceber que a publicação que, é objeto de pesquisa desse trabalho, se configura mais como elemento publicitário ao do que como um instrumento em que se objetiva a *informar e produzir conhecimento sobre sustentabilidade*. É interessante ressaltar que o objetivo publicitário não

¹¹ (<http://planetasustentavel.abril.com.br/movimento/>)

¹² O Clube de Criação de São Paulo é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 1975 por publicitários da área de criação para valorizar e preservar a criatividade da propaganda brasileira.

¹³ FIPP - a revista associação da mídia mundial representa empresas e indivíduos envolvidos na criação, publicação ou distribuição de conteúdo de qualidade, sob qualquer forma, por qualquer canal, e na frequência mais apropriada, para o público definidos de interesse.

estão explícitos nos encartes mais sim em materiais publicados quando da divulgação do projeto para atrair parceiros e em publicação internacional que faz referência ao objeto pesquisado.

O desejo de uma ‘verdade’, muitas vezes, aponta para algumas soluções de problemas relacionados a qualidade e manutenção da vida no planeta, que tropeçam no fato dessas soluções não emergirem de processos que questionem as condições de produção dos discursos sobre sustentabilidade em que elas se associam.

As condições de produção desses discursos são responsáveis pelo estabelecimento das relações de força que vão se estabelecendo entre os enunciados que compõe o interior do discurso. Assim, tal aspecto é extremamente relevante para nos auxiliar na compreensão sobre os *porquês* das escolhas dos termos, dos fios e tramas (ideológicos e filosóficos) que vão constituindo e legitimando o discurso. No caso do material de pesquisa analisado neste trabalho, nos leva a questionar as condições de construção do discurso sobre sustentabilidade constituinte do projeto Planeta Sustentável e, tais condições podem ser abordadas considerando-se a tendência apresentada pelos produtos e empresas realizadores/patrocinadores da proposta.

Nesse sentido, começamos pelo grupo de sete realizadores que é composto pela Editora Abril, uma editora brasileira considerada a maior do segmento na América Latina; a Bunge, multinacional considerada uma das principais empresas de alimentos e agronegócios do Brasil e grande exportadora que trabalha com a produção de transgênicos; CPFL, uma das maiores empresas brasileiras de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica; Camargo e Corrêa, grupo no qual a base estrutural de seus negócios se caracterizam nas áreas de engenharia e construção, cimento, concessões de energia e transporte e é líder na construção de hidrelétrica na América Latina e África; Sabesp, empresa de economia mista de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto; Petrobrás, uma empresa estatal de economia mista do segmento de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo e seus derivados, atuando em 28 países e a Caixa Econômica Federal, uma instituição financeira, sob a forma de empresa pública do governo federal brasileiro.

A história da Editora Abril, atualmente parte integrante do conglomerado de mídia Grupo Abril¹⁴ se mistura com a história da família Civita, que fugidos da Itália para os Estado

¹⁴ O Grupo Abril é um dos maiores grupos de comunicação da América Latina, organizada desde 2010 em quatro grandes pilares: *Mídia* compreende a Editora Abril, MTV Brasil, Mídias Digitais e Elemídia; *Distribuição* é representada pela DGB, holding de Distribuição e Logística que reúne as empresas Total Express, Entrega Fácil, Dinap, Treelog e FC Comercial; *Gráfica Abril*, a maior da América Latina; *Educação*, que inclui as editoras Áticas, Scipione, o sistema de ensino SER e Grupo Anglo, SIGA, o Colégio e Curso pH, do Rio de Janeiro, e o Grupo ETB (escolas Técnicas do Brasil), de São Paulo.

Unidos e logo em seguida para a Argentina, criaram em 1941 em Buenos Aires a “Editorial Abril”, que publicava quadrinhos como *El Pato Donald*. Atentos a possibilidade de abrir uma gráfica em São Paulo, por considerar o mercado brasileiro particularmente promissor, em 1950 Vitor Civita abriu a Editora Abril. Na década de 1960, a Editora Abril argentina encerrou suas atividades temendo os rumos políticos do golpe militar que ocorria naquele país. Mas, em terras brasileiras, a editora nesta mesma época ampliou suas publicações, ou seja:

A Editora Abril brasileira foi capaz de tirar proveito, mesmo diante das dificuldades ligadas às limitações da liberdade de imprensa, a vantagem de melhorar as relações com o poder político. O regime militar brasileiro foi, com certeza, para os empresários um interlocutor e um gerente econômico mais estável e capaz que o argentino. (VILLANUEVA, 2013)

Assim, na década de 60 a editora Abril se nacionalizou como uma empresa brasileira, e desde então, os Civita administram um império gráfico e de publicações conservadoras. Para Sena Filho (2013) a Abril sempre esteve a serviço dos interesses dos grandes monopólios internacionais, da oligarquia brasileira e da direita partidária. Segundo o autor, as publicações dessa editora combateram governos populares e incentivaram a lógica neoliberal, acreditando no mercado como grande regulador social e trabalhando pelo estado mínimo, estratégias estas que dão o tom a suas publicações. Segundo Pinheiro “os produtos midiáticos são uma forma de manifestação das visões de mundo, determinadas do ponto de vista de onde ocorrem” (2002 p. 287).

Outro grupo que participa desde o início do projeto é o Camargo e Corrêa, que compõe o grupo de acionistas no bloco de controle da CPFL Energia. Mas, o que liga esses dois patrocinadores do projeto Planeta Sustentável? Como exemplo entre as múltiplas atividade desse último grupo, cito como exemplo a produção de cimento, que incide grande impacto ambiental na extração das primas, além disso a construtora Camargo e Corrêa tem seu foco em empreendimentos de alta complexidade logística e se destaca na construção de usinas hidrelétricas, atividade com grande potencial impactante ao meio ambiente, assim como delicada relação com comunidade ribeirinhas e do entorno de suas obras. Como construtora, o grupo também se destaca pela forte presença nas obras públicas, isso pode ser confirmado através histórico apresentado no próprio site do grupo, onde pode-se perceber o grande crescimento dos negócios desse grupo depois da década de 60. Dentre as diversas outras informações relativas a esse grupo, destacamos a informação de que seu proprietário

Sebastião Camargo foi diplomado em 1967, *honoris causa*, pela Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio de Janeiro.

O projeto Planeta Sustentável pode não ter sido uma das únicas vezes em que alguns desses patrocinadores se unem para financiar ações voltadas para alguma causa. Em alguns documentários que retratam os acontecimentos políticos durante as décadas de 1960 e 1970 no Brasil, marcadas pela ditadura militar, indicam que muitos empresários, principalmente os que concentravam suas sedes no estado de São Paulo, tiveram uma participação ativa no financiamento de práticas de repressão, o que constituía uma boa relação com os governantes na época da ditadura militar que possibilitavam a concessão de muitas obras entre outros campos de atuação dessas diversas empresas.

Nos sítios eletrônicos de todos os patrocinadores pode-se encontrar os planos de sustentabilidade desenvolvidos por cada uma das empresas, no qual orbitam uma variedade de compromissos e atuações. Em tempos em que a questão de sustentabilidade se tornou mais um critério para o julgamento das empresas e instituições, investir nessa imagem de ‘ambientalmente correto e socialmente justo’ tem sido uma das principais estratégias do mercado, principalmente para empreendimentos como os realizados pela Camargo e Correa, CPFL, Sabesp e Petrobrás em que suas práticas incidem diretamente em impactos ambientais e sociais e a Bunge que mantém seu histórico de exploração e exportação de matéria prima, intensificando seu impacto ambiental e na saúde da população pela produção de grãos e produtos transgênicos, além de possuir processos de investigação pelas condições de trabalho em usinas de cana de açúcar.

Os discursos produzidos pelo projeto Planeta Sustentável estão diretamente atravessados pelas condições de produção, permeados pela lógica do mercado que produz essa forma de governamentalidade e de subjetivação, num processo, como descreve FOUCAULT “pelo qual se obtém a constituição de um sujeito [...] que evidentemente não passa de uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência em si” (apud GALLI 2011 p. 179) programando e controlando as formas da população agir, pensar e sentir diante do mundo e de si mesmo. Esse processo de subjetivação encontra nas mídias uma tecnologia de realização desse processo.

Mesmo havendo um Conselho Consultivo que auxilia na definição dos rumos do projeto Planeta Sustentável, a Editora Abril faz o papel editorial das publicações, papel este essencial a construção da realidade no e pelo discurso da mídia, pois o editor define o enfoque que deverá ser dado a notícia, definindo a “política de como o fato deverá repercutir na sociedade” (NAVARRO, 2010).

Nessa direção, Gadelha (2009) destaca a relação da subjetivação agindo a partir da lógica de mercado:

Esse processo e políticas de subjetivação, traduzindo um movimento mais amplo e estratégico, que faz dos princípios econômicos (de mercado) os princípios normativos de toda sociedade, por sua vez, transformam o que seria uma sociedade de consumo numa sociedade empresa (sociedade empresarial ou de serviços), induzindo os indivíduos a modificarem a percepção que têm de suas escolhas e atitudes referentes às suas próprias vidas e às de seus pares, de modo a que cada vez mais estabeleçam entre si relações de concorrência. (p. 151)

Na perspectiva de uma governamentalidade neoliberal, essa subjetivação está inserida segundo Gadelha (2009) práticas psicológicas preocupadas com o desenvolvimento de propagandas, publicidades, literaturas entre outros, com o objetivo de produzir sentidos que funcionem como formas de programação e controle do pensar e agir dos sujeitos diante de si e do mundo.

O discurso sobre sustentabilidade está muito presente na contemporaneidade, principalmente ligada à ideia de *um novo modo de viver*. A construção desse discurso pode ser vista como uma tecnologia de biopoder constituinte de uma ferramenta essencial de governamentalidade na perspectiva neoliberal, no qual o modo de pensar suas vidas, de seus pares, sua visão de mundo é atravessada pelo discurso economicista, ancorado na lógica do mercado e com pouco potencial de mudança, pois o mesmo está vazia de caráter político e de transformação.

Nessa linha de pensamento, estamos entendendo que os discursos sobre sustentabilidade que normalizam as situações cotidianas são uma forma diluída do poder-saber, podem ser vistos na forma de:

[...] microdispositivos disciplinares que se configuram em relações de poder, impondo obrigações e direitos, constituindo-se de uma forma diluída de administração do poder e do saber que visa administrar o sujeito, alcançando-lhe a alma. (MASCIA, 2002, p. 64)

Os efeitos de sentido desse discurso podem ser percebidos quando os sujeitos, atravessados pelos mesmos, acreditam estar pautando sua visão de si e de mundo em valores outros que vão contra uma racionalidade capital, que valorize a diversidade natural e cultural, que esteja buscando a justiça e equidade social, ou seja, um novo modo de viver, quando na verdade o desvelamento das relações de poder inscritas nesse discurso nos indicam o caminho contrário: estamos sendo atravessado mais uma vez por discurso que pautam-se pela lógica do

mercado, porém com apelo ambiental, é simplesmente mais do mesmo. O efeito de sentido desse discurso indica “um efeito ideológico que provoca no gesto de interpretação a ilusão de que um enunciado quer dizer o que realmente diz, enquanto sentido literal” (FERREIRA, 2005, p. 14)

Vale destacar que todos os patrocinadores que viabilizam financeiramente a realização do Projeto Planeta Sustentável possuem grande representatividade na economia brasileira, ao mesmo tempo em que fazem uso do discurso da sustentabilidade como um elemento de marketing para seus negócios, aproveitam esse canal de comunicação para construir, na população atravessada por esses discursos, uma certa visão de sustentabilidade, que segundo nossas análises apóiam-se na lógica neoliberal à qual devem se adaptar as necessidades socioambientais contemporâneas indicadas por esse grupo de empresários.

4.1.2. Produzindo conhecimento

Para o início da análise tomaremos o excerto que se repete com regularidade nos encartes desse projeto, trata-se um texto que se faz presente em todas as publicações em que circula o encarte e que tem a intenção de informar ao leitor os objetivos e a amplitude do projeto.

O planeta sustentável produz conhecimento para despertar a consciência das pessoas por um mundo melhor. Esta e outras 36 revistas e sites da Editora Abril participam deste projeto.

O excerto indica que são dois os objetivos do projeto: *produzir conhecimento e despertar consciência das pessoas*. Vamos analisar discursivamente esses dois objetivos, iniciando pela expressão *despertar a consciência*, pois esta expressão está frequentemente presente nas descrições de objetivos de qualquer tipo de projeto ou ação ambiental. Ou seja, é uma expressão que se pretende totalizadora e formativa de um certo regime de verdade.

A palavra consciência vem do latim *conscientia*, “conhecimento próprio, senso moral, noção do que é direito”, de *conscire*, “ser mutuamente alerta”, de *com*, “junto, com”, mais *scire*, “saber, conhecer” (<http://origemdapalavra.com.br/palavras/consciencia>, 2013). Ao se propor a *despertar a consciência*, a proposta considera que essa tal *consciência* é inata, que está adormecida e que ao ser despertada tem o poder transformador.

O busca dos efeitos de sentido que se desenvolve neste trabalho indica a presença da interdiscursividade¹⁵ no uso do termo *consciência*, que nos remete a um termo cristão, em que o conhecimento vai produzir esse despertar, como o versículo bíblico de João 8:32 que traz “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”.

A intenção de que as pessoas *despertem* para o que é certo, de acordo com Loureiro (2007) vincula-se a ideia de que conscientizar pode se tornar uma forma unidirecional, de levar o saber para os que não o possuem e ensinar aos que nada sabem. A ideia de conscientizar também pode ser entendida como derivada de uma concepção de *sujeito desde sempre aí*, que para cumprir a totalidade de sua dimensão humana deve ser educado, para que ele atinja ou construa sua autoconsciência (VEIGA-NETO, 2007).

Assim, esse primeiro objetivo relaciona-se ao segundo, que é o de *produzir conhecimento*.

A palavra *conhecimento* vem do latim, *Cognoscere*, “conhecer, saber”, formado por *com*, “junto”, mais *gnoscerere*, “obter conhecimento, chegar a saber” (<http://origemdapalavra.com.br/palavras/conhecimento>, 2013).

Para o paradigma modernista que domina o mundo ocidental, apoiado no positivismo, o saber é compreendido como uma forma de libertação do poder, como uma forma de liberdade, emancipação e progresso, revestindo esse saber e constituindo-o como verdade (MASCIA, 2002).

Na obra *Investigações discursivas na pós-modernidade*, Mascia (2002) proporciona uma visão de como a noção de verdade vem sofrendo deslocamentos desde Platão, que afirmava que o homem só encontraria paz e satisfação no mundo da verdade, passando por Aristóteles que não tinha dúvida da existência da verdade, associando a sua busca com a perfeição e o progresso do homem e da sociedade.

Em Hegel, a noção de verdade parece estar associada ao movimento do espírito, e se concretiza através do movimento dialético entre *tese* – como um equilíbrio primitivo e absoluto, *antítese* – como a ideia que se externa como realidade, e *síntese* – como produção da verdade através do reestabelecimento do equilíbrio. Marx conserva a ideia de dialética de Hegel mas não como um movimento interno, e sim um movimento de produção de realidade cujo motor são as contradições históricas e sociais, em que a verdade é considerada um

¹⁵ Toda formação discursiva apresenta elementos vindos de outra formação discursiva, ou seja, o interdiscurso que se caracteriza pelo entrelaçamento de discursos oriundos de diferentes lugares sociais (FERNANDES, 2005)

processo de construção histórica. Para Marx, o encontro do homem com a verdade estaria quando estes tivessem o controle consciente dos poderes.

Nietzsche é reconhecido como o desconstrutor da verdade, e a define como metáforas que são enfatizadas retoricamente que após um longo uso são apresentadas como sólidas e obrigatórias, assinalando-as como construções e representações sociais “que apenas ilusoriamente se manifestam como pré-determinadas, imanentes e anteriores ao sujeito” (ibid p. 69)

E Foucault, como filósofo contemporâneo, apoiando-se em Nietzsche, entende a verdade como “conjunto de procedimentos regulados para produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (apud Mascia p. 69). Para Foucault, os regimes de verdade se constituem discursivamente, utilizando-se de meios que legitimam alguns discursos instaurando-os como verdades:

[...] cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre as sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado: as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro. (FOUCAULT apud GORE 2011, p. 10)

Essas verdades constituídas através dos discursos têm como efeito o controle e a regulação estando circularmente ligadas a sistemas de poder, operando assim o poder em uma conexão com a verdade, através de sistemas de coerção cotidiana nos quais se constituem os efeitos do poder-saber.

Dessa forma, não há discurso fora da relação poder-saber: o saber torna-se elemento de um dispositivo político que tem sua gênese em mecanismos de poder, tornando esses dois elementos indissociáveis (poder-saber). Com o olhar deslocado por essa perspectiva, quais as possibilidades de efeitos presentes nos discursos sobre sustentabilidade do encarte planeta sustentável? Como os regimes de verdade que o sustentam foram sendo construídos e legitimados?

A mídia veicula a produção de discursos, de verdades, de saberes da sociedade contemporânea. Desse modo o discurso da sustentabilidade como prática de transformação dos sujeitos, expostos a deslocamentos identitários, tem a intenção de “recrutar indivíduos e capacitá-los a transformar a realidade social, configurando-se como um mecanismo de assujeitamento dos sujeitos e de seu saber” (Mascia, 2002, p. 71).

Para procurarmos entender como se dá esse assujeitamento dos indivíduos, suas adequações de valores e atitudes perante as verdades postas sobre as questões ambientais, vamos nos ancorar no biopoder como uma tecnologia descrita por Foucault com base em um quadro mais amplo que é compreendido como “um conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar na política, numa estratégia geral do poder” (FOUCAULT, 2008, p. 3).

Gadelha (2009) aponta a possibilidade de fazer o uso interpretativo dessa tecnologia de poder com base nos discursos fabricados pela mídia sobre sustentabilidade quando indica que o biopoder tem como foco de ação as massas populacionais sobre fenômenos ligados às condições de vida:

Em vez de proceder por individualização de corpos-subjetividades, como fazem as disciplinas, a biopolítica procede por massificação [...] Isso significa atenção, acompanhamento e intervenção junto a uma série de fenômenos, tais como, por exemplo: os que se referem às relações entre a espécie humana e seu meio de existência (geográfico, climático, hidrográfico, mas também entendido em sua dimensão sociocultural e político-econômica); e os relativos a condições de vida nos grandes centros urbanos (fenômenos, como vimos, que envolvem a natalidade, a morbidade, a habitação, a segurança, as doenças, etc) [...] que tomados individualmente, são fenômenos aleatórios e imprevisíveis, mas, tomados num plano macro, apresentam constantes passíveis de serem estabelecidas. (GADELHA, 2009, p. 112, 113)

O biopoder se constitui através de procedimentos e tecnologias que agem como regulamentadores do corpo social, nesse caso, podemos tratar da norma como articuladora dos “mecanismos disciplinares (que atuam sobre o corpo) com os mecanismos reguladores (que atuam sobre a população). A norma se aplica tanto ao corpo disciplinado quanto à população que se quer regulamentar” (VEIGA-NETO, 2003, p.74) . As normas, como parte dos saberes e verdades, definem condutas esperadas como “normais” com base nas verdades estabelecidas.

A normalização da sociedade se estabelece através de uma generalização de tecnologias e mecanismos disciplinares que permeiam todas as instituições para regular e controlar a população, e encontra nos elementos de mídia um instrumento ideal para essa inserção em todos os espaços do tecido social.

É surpreendente a forma como a mídia está, implícita ou explicitamente, presente na configuração do mundo atual, um mundo vivo e pulsante, em que a representação do sangue da dinâmica humana que circula é a informação. A ampliação e aperfeiçoamento dos elementos de mídia “tornam cada vez mais excitados os nervos do mundo, não

proporcionando necessariamente maior lucidez na compreensão da vida” (2004, p.82), conforme afirma Moraes em seu livro *Educação, mídia e meio ambiente*.

A mídia como tema de pesquisas vem ganhando espaço nos últimos anos pela forma como interfere ativamente na constituição de sujeitos e subjetividades, produzindo imagens, significações e saberes, sendo os espaços de comunicação espaços educacionais, ensinando à sociedade as formas de ser e estar da cultura a que pertencem.

Ao considerar o currículo, não como uma parte reconhecida e legitimada da cultura que é levada para as escolas, como uma sequência de disciplinas e conteúdos, mas o currículo como uma luta por produção de significados e legitimações, como produtor de cultura (Lopes, 2011), uma série de elementos midiáticos estão direta e profundamente ligados a práticas curriculares, principalmente no que se refere à educação ambiental.

Cabe aqui retomarmos o conceito de *dispositivo pedagógico da mídia*, em que Fischer teve como base o pensamento foucaultiano, que envolve o discurso sobre si mesmo:

[...] produzindo e veiculando saberes sobre os próprios sujeitos e seus modos confessados e aprendidos de ser e estar na cultura em que vivem. Certamente há de se considerar ainda o simultâneo reforço de controles e igualmente de resistências, em acordo com determinadas estratégias de poder e saber, e que estão vivos, insistentemente presentes nesses processos de publicização da vida privada e pedagogização midiática. (FISCHER, 2002, p. 155)

O dispositivo pedagógico de mídia sugere modos de vida, seleciona discursos que terão visibilidade, e esta visibilidade que constituirá o real, o verdadeiro, ou seja, a verdade.

Ao selecionar *o certo e o errado* de como as coisas devem ser, a mídia coloca em funcionamento operações de poder em que as vozes que são autorizadas a falar são direcionadas de acordo com certas perspectivas e produzem efeitos de sentido em seus discursos (Henning, 2010).

Um dos efeitos da construção de verdades sobre sustentabilidade, através dos discursos que circulam, é a construção de normalizações, paradigmas vigentes dos quais partem as expectativas sobre os pensamentos, valores e comportamentos, ou seja, formas de ser dos sujeitos diante das questões sobre sustentabilidade.

A construção de verdades e normatizações como alguns componentes da subjetividade construídos através dos discursos do Planeta Sustentável passa a ter um status de legitimidade institucional, conforme os dados quantitativos que indicam a abrangência que atinge essas publicações e força de influência que a mesma possui em relação à formação da opinião na sociedade brasileira.

A grande mídia, em particular a mídia impressa (jornais e revistas), ainda continua poderosa como ator político em relação à reduzida parcela da população que se situa na ponta da pirâmide social e exerce influência significativa nas esferas do poder responsáveis pela formulação das políticas públicas, inclusive no setor das comunicações. (LIMA, 2010)

O próprio site do projeto Planeta Sustentável demonstra esse potencial de influência na população ao divulgar os resultados de uma pesquisa que realizou, em que os dados apontam para um alto índice de mudança de comportamento dos leitores das revistas e das pessoas que acessam o site como segue:

Para acompanhá-las (leitores da revista e usuários do site) realizamos a pesquisa “Performance **Planeta Sustentável**” (Studio Ideas) em 2008 e 2009: 77% dos leitores das revistas e 81% dos internautas mudaram suas atitudes após conhecerem o **Planeta Sustentável**. E, comparativamente, há um crescimento na adoção de boas práticas em toda a audiência. (<http://planetasustentavel.abril.com.br/movimento/>, 2012)

Toda normatização presente na formação das subjetividades relacionadas aos discursos de sustentabilidade que indicam as formas de ser e de estar no mundo configuradas como ambientalmente adequadas, tendem a agir como uma espécie de “ortopedia discursiva” (FOUCAULT, 1999, p. 31) porque conjectura uma forma de controle presente na mídia que faz com que os sujeitos adotem um discurso aceitável, restrito, canônico e verdadeiro sobre sustentabilidade.

4.1.3. Discursos de desenvolvimento sustentável

Como sétima economia do mundo, a maior potência ambiental por seus recursos naturais e uma sociedade democrática, multiétnica e alegre, o Brasil desponta aos olhos do mundo como um líder natural da transição para um novo modelo de viver e produzir, baseado em um desenvolvimento sustentável com inclusão social.

No excerto acima, retirado do encarte Planeta Sustentável sobre a conferência Rio + 20, podemos explorar os efeitos de sentido dessa construção discursiva analisando mais alguns elementos que o formam, como o termo *recursos naturais, produzir e desenvolvimento sustentável*.

Iniciemos analisando uso do termo *recursos naturais*: a escolha pelo uso do termo *recurso* traz consigo uma conotação utilitarista, no qual os bens da natureza são úteis ao homem em seu processo de desenvolvimento, sendo atribuídos a eles valores econômicos de

mercado. Essa visão, influenciada pelo positivismo em sua orientação filosófica do pensamento liberal para o progresso e desenvolvimento, reforça a ideia do útil diante do inútil, apoiando-se também nas formulações científicas como constituidoras de verdade que vem orientando a cultura do ocidente desde o século XIX e influencia as normas, valores e comportamentos da sociedade, reforçando a visão antropocêntrica na qual o planeta Terra e seus bens naturais estão à disposição para servir aos seres humanos no desenvolvimento da civilização, progresso pela racionalidade mercantil.

Essa característica de mercantilização, de valoração econômica, de transformação dos bens naturais em mercadorias, se estende também aos seres humanos, numa dinâmica em que nos transformamos em produtos e agentes de nossa própria comercialização, nos comodificamos e recomodificamos¹⁶ para atender às demandas do mercado. Bauman (2008), destaca que esta é uma das mais relevantes características da contemporaneidade ou da sociedade de consumo, a qual é marcada por uma governamentalidade centrada na competição e no mercado, que modifica toda e qualquer relação transformando-a em relações de consumo.

Esse raciocínio sobre *recursos naturais* está intrinsecamente ligado a outro termo presente no excerto que é *produzir*. Atendendo à sua conotação econômica, a *produção* representa processos e atividades que disponibilizam produtos para o mercado, e que sociologicamente foi abordada nos estudos de Karl Marx sobre relações de produção, modos e forças produtivas. Em sua obra *Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política*, de 1859, Marx faz considerações enfatizando a produção material, que nos permite corroborar a análise anterior sobre o caráter utilitário dos recursos naturais e a ideia de produção no mesmo elemento textual, pois para o autor “a produção é sempre apropriação da natureza pelo indivíduo no seio e por intermédio de uma forma de sociedade determinada” (ibid p. 5). Marx ainda considera em seu texto as rubricas com as quais os economistas costumam associar a produção, sendo:

¹⁶ Bauman (2008) utiliza a ideia de comodificação e recomodificação como uma característica que ocorre na transformação da sociedade de produtores para a sociedade de consumidores. Segundo o autor “o objetivo crucial, talvez decisivo, do consumo na sociedade de consumidores [...] não é a satisfação das necessidades, desejos e vontades, mas a comodificação ou recomodificação do consumidor: *eleva a condição de consumidores à de mercadorias vendáveis*. [...] *Os membros da sociedade de consumidores são eles próprios mercadorias de consumo*, e é a qualidade de ser uma mercadoria de consumo que os torna autênticos dessa sociedade” (p. 76- destaques do autor).

primeira idéia que de imediato se apresenta, é a seguinte: na produção, os membros da sociedade fazem com que os produtos da natureza tomem formas adequadas às necessidades humanas.(ibid p. 6)

Ainda no mesmo excerto, ao classificar o Brasil como *a maior potencia ambiental por seus recursos naturais*, a perspectiva presente não é da valorização pela preservação de toda biodiversidade brasileira, mas sim do potencial de transformá-la em matéria prima e mercadorias para um mercado globalizado. Uma globalização marcada pela abertura tanto comercial como intelectual, esses mercados sem fronteiras são considerados a “maior receita para injustiça e a nova desordem mundial” (BAUMAN, 2007, p. 14).

Sob o mesmo ponto de vista, Gonçalves (2004) desenvolve sua perspectiva de globalização pela da imagem vista pelo cosmonauta Yuri Gagarin, em 1950, em que a Terra, solta no espaço, nua faz com que as diferenças não apareçam, tendo início assim a sobrevalorização da imagem global, escondendo os povos e as culturas. Essa racionalidade vem ganhando força pela apropriação que, com interesse, grandes corporações vêm fazendo dessa ideia, fortalecendo o mercado e enfraquecendo as nações:

Não nos deve escapar que a recusa do local e a idealização da escala global dizem muito sobre quem são os protagonistas que fazem esta valorização/desvalorização. Não são os camponeses, por exemplo, que desvalorizam a escala local, tampouco os indígenas, os afros descendentes [...] muitos dos quais têm suas culturas construídas numa relação mais próxima com a natureza e com fortes singularidades locais. A sobrevalorização da escala global atinge seu auge por intermédio daqueles que se afirmam por meio dessa escala global: as grandes corporações transnacionais, as organizações multilaterais [...] deslocando o papel dos estados nacionais (e os sujeitos e grupos que os sustentam). (GONÇALVES, 2004, p. 14 e15)

Para o autor, há um grande fascínio presente na ideia de globalização como superação das fronteiras e das barreiras locais e nacionais. Porém esse fascínio torna possível um certo tipo de imposição de um “mesmo discurso à escala planetária com o estabelecimento de um verdadeiro oligopólio mundial das fontes emissoras de comunicação” (ibid p. 16).

A globalização na perspectiva neoliberal é essencialmente uma globalização econômico-financeira, em que o movimento de abaixo às fronteiras é comparado à dinâmica da natureza, na medida em que esta não respeita os espaços dos países, legitimando assim políticas de caráter liberal que são impostas aos estados através da Organização Mundial do Comércio. Assim, a globalização neoliberal seria natural, na qual a globalização da natureza e a natureza da globalização se encontram (GONÇALVES, 2004).

Esse perfil de globalização que progride valendo-se do avanço das privatizações e da desregulamentação do Estado, vem substituindo os sentimentos de otimismo e felicidade universais - prometidos pelo discurso do progresso - por sentimentos de medo, por desassossego, pelo presságio de uma crise e uma tensão como uma “dança das cadeiras interminável e ininterrupta, no qual um momento de desatenção resulta na derrota irreversível e na exclusão irrevogável” (BAUMAN, 2007, p. 15) instaurando um processo de subjetivação. Esses eventos fazem do mundo globalizado um espaço-tempo traiçoeiro e assustador, que é estimulado por uma pressão globalizadora do mercado marcada pela perspectiva do lucro.

Em “*Encontro com Milton Santos ou O mundo global visto do lado de cá*” (2006), documentário produzido com base em uma entrevista concedida pelo geógrafo e intelectual baiano Milton Santos em 2001 – alguns meses antes de sua morte, que esboçava suas ideias sobre globalização antes mesmo que esse conceito ganhasse o mundo, já advertia de forma crítica sobre a perversidade da globalização na lógica do capital apresentado como um pensamento único. Em suas palavras ele dizia existir três mundos: “O mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula. O mundo tal como ele é: a globalização como perversidade. E o mundo tal como ele pode ser: o mundo como possibilidade... uma OUTRA globalização” (MILTON SANTOS, 2006).

A rede de intenções que foi se constituindo pela utilização de alguns termos como *recursos naturais* e *produção*, podem ser entendidas como tecidas por fios que se complementam neste elemento textual, que se inter-relacionam sustentando a trama constitutiva de toda essa rede, que indica o lugar do qual esse discurso se constrói, que é o uso do termo *desenvolvimento sustentável*.

Como sétima economia do mundo, a maior potência ambiental por seus recursos naturais e uma sociedade democrática, multiétnica e alegre, o Brasil desponta aos olhos do mundo como um líder natural da transição para um novo modelo de viver e produzir, baseado em um desenvolvimento sustentável com inclusão social.

O excerto que aqui analisamos faz referência ao *desenvolvimento sustentável* como a base de um novo modelo de vida de produção. Não são poucas as vezes em que desenvolvimento sustentável é utilizado como um sinônimo de sustentabilidade, porém existem fortes diferenças entre esses termos. Uma delas refere-se ao seu caráter ideológico.

É importante ressaltar que são múltiplas as interpretações e discursos que vêm se constituindo sobre sustentabilidade, e este trabalho não tem a intenção de esgotá-las, pretende apenas apresentar algumas possibilidades de análise de algumas das diferenças e semelhanças constitutivas de cada um desses termos.

No trabalho desenvolvido por Lima (2003), podemos acompanhar os deslocamentos sofridos por alguns discursos sobre sustentabilidade, como por exemplo a ideia do economista Ignacy Sachs, que na década de 70 do século passado apresentou uma proposta multidimensional e alternativa ao modelo de desenvolvimento, denominada Ecodesenvolvimento, a qual apresenta a relação entre proteção ambiental, desenvolvimento econômico e participação social. Porém sua proposta não se limitava à simples união desses três aspectos; ele deu especial atenção para a superação da dependência política, econômica, cultural e tecnológica dos países menos favorecidos, além de estar imbuído em um processo de transformação social, compromisso com a equidade, justiça e a autonomia dos povos. Nessa perspectiva, o ecodesenvolvimento se mostra um discurso recheado de caráter político e social.

Em 1987, a Comissão de Brundtland¹⁷ apresentou à sociedade o conceito de Desenvolvimento Sustentável, através do livro *Nosso Futuro Comum*, que se tornaria conhecido e amplamente utilizado em todo o mundo com a seguinte ideia: o desenvolvimento que satisfaz às necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Esse discurso apresenta especial atenção à ênfase econômica e tecnológica na solução dos problemas. Ele é composto baseando-se em um deslocamento das ideias de Sachs para atender à ideologia de mercado e se adequar à racionalidade político-econômica do liberalismo e, mais tarde, do neoliberalismo, como aponta Leff apud Lima (2003, p.4):

[...] as próprias estratégias de resistência à mudança da ordem econômica foram dissolvendo o potencial crítico e transformador das práticas de Ecodesenvolvimento. Daí surge a busca de um conceito capaz de ecologizar a economia, eliminando a contradição entre crescimento econômico e preservação da natureza

¹⁷ No início da década de 1980, com a retomada do debate das questões ambientais pela ONU, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, chefiou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, para estudar o assunto. O documento final desses estudos chamou-se *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como Relatório Brundtland. Apresentado em 1987, propõe o desenvolvimento sustentável, que é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”.

O efeito desse deslocamento foi o esvaziamento do caráter político do discurso do Ecodesenvolvimento, que condiz com um dos principais efeitos sociais do neoliberalismo. Segundo Gadelha (2009), essa nova matriz de normatividade do social baseada na racionalidade de mercado se designa por um esvaziamento da política, no qual é preciso “limitar a participação política, distanciar a sociedade e o sistema político, subtrair as decisões administrativas ao controle político” (MORAES apud GADELHA, 2009).

O discurso do Ecodesenvolvimento aproxima-se hoje do que chamamos de “sociedades sustentáveis”, mostrando-se preocupado com o fator sociedade como o eixo central no qual se constrói sua linha ideológica, tratando de diversas esferas como equilíbrio e justiça, empoderamento social nos processos, ética, diversidade cultural, espiritualidade, política, economia e também meio ambiente, entre outras. Já o discurso do desenvolvimento sustentável que tem como seu eixo central a economia, assinala para o forte apelo antropocêntrico e econômico, preocupado para que nunca falem recursos, ou seja, matéria-prima para que o grande regulador social atual - o mercado, não pare de funcionar.

À parte a própria contradição semântica do termo, a definição de desenvolvimento sustentável veiculada pelo Relatório Brundtland permite uma pluralidade de leituras que oscilam, desde um sentido avançado de desenvolvimento, associado à justiça socioambiental e renovação ética, até uma perspectiva conservadora de crescimento econômico ao qual se acrescentou uma variável ecológica. Esta polissemia revela o curioso paradoxo de reunir, ao mesmo tempo, a força e fraqueza do discurso, a depender do olhar e dos interesses de quem observa. (LIMA, 2003, p.3)

Se considerarmos que os problemas que dificultam a conformação de sociedades sustentáveis são econômicos, a solução para esses problemas estaria no crescimento econômico? No desenvolvimento sustentável? Se os países crescessem economicamente, ao menos 3% ao ano, segundo Edward Wilson, biólogo conhecido por seu trabalho com ecologia, evolução e sociobiologia, não chegaríamos até 2050, pois, a capacidade de suporte do planeta não aguenta esse crescimento.

Somado a isso, nos discursos do desenvolvimento sustentável percebe-se a ausência da preocupação com questões de justiça e equidade social, bem-estar da população, ética, diversidade cultural, entre outros, demonstrando a fragilidade do discurso do desenvolvimento sustentável em dar conta de reverter algumas situações que atualmente tornam nossa sociedade insustentável, como aponta Jacques Attali, em *La voie humaine* (apud BAUMAN, 2007) que:

Metade do comércio mundial e mais da metade do investimento global beneficiam apenas 22 países que acomodam somente 14% da população mundial, enquanto os 49 países mais pobres, habitados por 11% da população mundial, recebem somente 0,5% do produto global - quase o mesmo que a renda combinada dos três homens mais ricos do planeta. Noventa por cento da riqueza total do planeta estão nas mãos de apenas 1% de seus habitantes. (p. 12)

A polarização de renda e os problemas sociais, de saúde, educação e ambientais que resultam desses dados são algumas das “peças” que não apareceram no tabuleiro do jogo da sustentabilidade do projeto Planeta Sustentável atravessado pelo discurso do desenvolvimento sustentável, conforme será apresentado no próximo item de análise desse trabalho. Essa ausência é consciente, e isso pode ser percebido com uma tentativa de trazer para esse discurso algum apelo social. Para isso, no excerto em questão a expressão *desenvolvimento sustentável* tem ao seu lado o complemento *com inclusão social*. A inserção dessa expressão aparece como um “plus” para minimizar as críticas que vêm sendo feitas em relação a racionalidade mercadológica desse discurso.

A questão é que o discurso de desenvolvimento sustentável ganhou força, claro que intencionalmente, e se tornou o principal chavão de campanhas de todos os setores da sociedade. A grande problemática trazida aqui é o reducionismo econômico caracterizando uma sustentabilidade de mercado que não responde à crise social, como uma proposta de sociedade sustentável.

Lima (2003) nos convida a considerar as virtudes e inovações desse discurso: o olhar multidimensional como estratégia de desenvolvimento; a consideração aos ciclos biofísicos; expectativas de longo prazo; ampliação da dimensão técnica para dimensão política das questões ambientais. Seu estilo conciliador proporcionou a construção de um campo comum de diálogo entre sujeitos de frentes ideológicas concorrentes, possibilitado através da construção desse discurso genérico e comum a todos, o que tem sido elogiado por alguns analistas, considerando que o discurso do desenvolvimento sustentável “teve o mérito de introduzir a temática ambiental em fóruns político-econômicos nacionais e internacionais, conquistando um reconhecimento inédito na trajetória do ambientalismo até então” (ibid p.6). O mesmo autor alerta para que “a construção de um campo comum que, *se* não promovia o consenso entre as diversas concepções e grupos divergentes, permitia amortecer ou camuflar os conflitos que os dividiam” (ibid p.6), como se pode perceber na análise do corpus dessa pesquisa.

A proporção tomada pela crise contemporânea requer um discurso de sustentabilidade que se baseie em uma proposta que não se limite ao mercado, baseado em esperanças

tecnológicas, em que uma sustentabilidade de mercado será sempre reducionista por não conseguir dar conta de outras esferas em que há necessidade de ação, como a justiça social, valores éticos de respeito à vida e às diferenças culturais.

Como um dispositivo político de construção de verdades, em um contexto neoliberal “é o mercado que deve revelar algo como verdade” (NATÉRCIA apud GADELHA, 2009, p.140). E o mercado tem cumprido esse papel e seus efeitos sobre os saberes e verdades que têm sido desenhados pelo discurso da sustentabilidade são uma referência dessa ação, que pode ser percebida pelo deslocamento anteriormente citado que ocorreu do Ecodesenvolvimento para o conceito de Desenvolvimento Sustentável apresentado pela comissão de Brundtland:

O discurso oficial da sustentabilidade, que detém a hegemonia presente do campo, e que, para muitos efeitos, atua como a “verdade” sobre o tema. Compreende o desdobramento da proposta de sustentabilidade, originada nos trabalhos da Comissão Brundtland e reproduzida nas grandes conferências internacionais e nos programas governamentais sobre meio ambiente e desenvolvimento. (LIMA, 2003, p.9)

Na análise discursiva do encarte Planeta Sustentável pode-se analisar que o mesmo apoia seus regimes de verdades no discurso de desenvolvimento sustentável, o que reforça a hegemonia desse discurso na sociedade brasileira.

4.1.4. As peças do jogo

A imagem que compõe o encarte – material dessa pesquisa – pode ser lida por várias perspectivas. Ao comentar sobre a leitura, Larrosa indica a necessidade de se deixar ser lido, permitir que o texto lhe diga algo. Segundo ele é necessário esvaziar-se para permitir que o texto fale para além do que o leitor tem a dizer.

Entretanto, a leitura que pretendemos aqui fazer não é vazia, ela é intencional e direcionada, nosso propósito será o de destacar aspectos que foram silenciados, “esquecidos”, em outros termos, problematizar porque certas questões e discussões da Rio + 20 não foram incluídas numa imagem tão ampla e de tanta visibilidade. Para tanto, partimos do princípio de que a imagem também produz o não visível que pode tornar-se visível através do trabalho de interpretação, com a produção de sentidos que emergem do olhar (leitura) do pesquisador sobre a imagem.

O olhar para a imagem, diferentemente da leitura de textos escritos que requerem direcionalidade (da esquerda para a direita, de cima para baixo no caso de línguas com base

latina), a da imagem, permite uma leitura que é multidirecionada, possibilitando que o leitor use diferentes critérios.

A leitura interpretativa da imagem, assim como na interpretação do verbal, é tecida por fios culturais, históricos e sociais dos leitores, possibilitando diferentes leituras, mas, ao mesmo tempo indicando um certo controle nas tramas tecidas entre imagem e sujeito. Para Souza (1998), “o conjunto de elementos visuais possíveis de recorte - entendidos como operadores discursivos - favorece uma rede de associações de imagens, o que dá lugar à tessitura do texto não-verbal.”

Realizar uma leitura de imagens de forma crítica, conforme indica Kelnner (1995) implica aprender a decodificar e interpretar imagens, analisando as formas como elas são construídas, o conteúdo que elas comunicam e as formas como estas operam em nossas vidas.

Kelnner (1995) aponta para a importância de uma mínima “alfabetização” em leitura de imagens, que considere a gramática própria dos textos imagéticos para que esta leitura não seja tomada de ingenuidades se inclinando para a incompetência, assim como não reduzir a leitura da imagem apenas aos elementos formais da imagem, perdendo a riqueza da relação metafísica que ampara a publicidade.

Na análise do não-verbal, segundo Souza (1998) devemos também considerar as expressões implícitas que acompanham a imagem, as quais permitem entender coisas sem a responsabilidade de ter dito. Assim, há imagens que não estão visíveis, porém sugeridas, implícitas valendo-se de um jogo de imagens previamente oferecidas e, outras que são apagadas, silenciadas abrindo um caminho para novas significações em especial que nos possibilitem questionar por que essas imagens foram escolhidas e outras não? Quais os critérios de escolha? O que sustenta tais critérios? Ou seja, é também um caminho aberto à significação, à interpretação.

Pautando-me em ideias foucaultianas cabe dizer que o que nos interessa descobrir já está lá - basta saber ler, levar em consideração não somente o que compõem a imagem, mas sim os contatos de superfície que o mesmo mantém com aquilo que o cerca.



Figura 1 – Encarte Planeta Sustentável publicado na Revista Nova Escola edição nº 249, Janeiro/Febrero 2012 – (Anexo 1)

Retornando a imagem que já foi apresentada e que está presente no encarte Planeta Sustentável que trata da Rio + 20, podemos observar uma montagem do mapa mundi a partir de uma colagem de várias imagens e figuras que simulam a natureza, animais, tecnologia, educação, população, alimentos, economia, moradia, entre outros. A composição da imagem parece uma bricolagem que ressalta a diversidade representada numa perspectiva positiva, com combinação de cores alegres que nos remete à imagem de um mundo multicultural vivendo em harmonia, quase um jardim do Édem.

A imagem do encarte é acompanhada por elementos textuais, com destaque pelo tamanho da fonte e posição de enquadramento, e pelo título, que novamente nos remete a ideia de um jogo:

Juntamos todas as peças. Venha com a gente para a Rio + 20!

A expressão *juntamos todas as peças*, parece ter relação direta com a ilustração que compõe o encarte, em que a variedade de imagens representam as *peças*, peças do grande jogo da sustentabilidade, no qual a Rio + 20 caracteriza-se como uma importante etapa - o encontro dos jogadores - que discutirão as estratégias, trocarão suas cartas, mostrarão seus coringas,

jogarão os dados, moverão suas peças enquanto muitas regras ainda estão sendo definidas, o que torna esse jogo desequilibrado já que a indefinição de regras ora se torna uma vantagem para alguns dos jogadores e desvantagem para outros.

Jogo é um termo que tem recebido diferentes conceituações através dos tempos, com destaque para a definição de 1938 do filósofo Johan Huizinga, em seu livro *Homo Ludens*, que define esse termo como uma prática voluntária, com um fim em si mesmo e tempo e espaço definidos por regras livremente consentidas, mas obrigatórias; outra definição interessante é a de Elliot Avedon e Brian Sutton-Smith (1971), que entendem jogo como “um exercício de controle voluntário em que há oposição de forças [...] a fim de produzir um resultado de desequilíbrio”.

O fundo da ilustração que toma o lugar dos oceanos e foi composto por uma base amarela com finos traços que quadriculam todo o espaço, na minha leitura, faz alusão a um tabuleiro de jogo, reforça ainda mais a interpretação de que o jogo da sustentabilidade ocorre num grande tabuleiro, demarcado por quadrantes nos quais os jogadores se movimentam durante o jogo, um jogo no qual as relações de poder se caracterizam pelos acordos, especulações, participações de mercado, entre outros.

Ao falar de poder nos remetemos aos estudos foucaultianos que permeiam o tema, mas não se trata de uma teoria sobre o que é o poder, e sim de entender o poder como um “conjunto de mecanismos e procedimentos que tem como papel ou função e tema – mesmo que não o consigam – justamente o poder” (FOUCAULT, 2008, p. 4).

Foucault busca analisar as relações de poder tomando por base as lutas cotidianas, podendo assim dizer que o poder não é encontrado somente em instâncias superiores, mas está presente em toda a trama da sociedade, constituindo uma rede difusa de micropoderes espalhada pelas mais diversas relações sociais.

A disputa de poder e interesse entre partes que possuem algumas opções para tomada de decisão, apresenta-se como um jogo. Para ilustrar essa ideia, podemos fazer uso da teoria dos jogos, que apresenta-se como o conjunto de técnicas para análise desses cenários. Mesmo se tratando de uma teoria matemática, a teoria dos jogos é utilizada para modular acontecimentos em que dois ou mais tomadores de decisão interagem. Essa teoria não aborda a prescrição de como jogar, mas é utilizada para analisar os conflitos de interesses, estudando a escolha de decisões ótimas em situações de conflito. (BARRETO, 2004)

A teoria dos jogos possui grande atratividade, pois a aplicação dos jogos pode se dar em modelagens de situações variadas, como exemplifica Zuben [sd], podem ser aplicadas a

conflitos entre países, políticas de mercado, campanhas eleitorais, práticas esportivas, entre outros.

O resultado do jogo depende das combinações das decisões dos jogadores, por isso é relevante reconhecer os ganhos e perdas de cada combinação e identificar os incentivos para os seus adversários, sabendo que o mesmo também está considerando seus ganhos com base na combinação. Através da teoria dos jogos é possível entender que as decisões não são independentes, e os ganhos para ambas as partes dependem das combinações de muitas ações em cadeia até chegar a um equilíbrio. Esse equilíbrio, na teoria dos jogos é denominado equilíbrio de Nash, “quando o resultado encontrado for a melhor resposta possível de cada jogador às estratégias dos demais, considera-se que foi encontrado o equilíbrio de Nash para o jogo” (BIERMAN; FERNANDEZ, apud LEONETI, 2010), ou seja, em um jogo nenhum tomador de decisão, ou seja jogador, tem a ganhar mudando de forma unilateral sua estratégia.

Um modelo em termos da teoria de jogos, perante o impasse cultural da sustentabilidade e as negociações previstas entre os países durante a Rio + 20, pode lembrar o *Dilema do Prisioneiro* - um conhecido problema da teoria de jogos. Nesse dilema, os jogadores, de maneira individual, desejam aumentar ao máximo sua própria vantagem, sem se importar com o resultado do outro jogador, enquanto que o melhor resultado seria uma colaboração entre os jogadores para que ambos sofram as menores consequências possíveis. Na tentativa de encontrar o equilíbrio de Nash, confiando na cooperação entre ambos, um pode trair o outro, mesmo tendo prometido ajudá-lo, chegando assim ao ponto chave de dilema. (BARRETO, 2004)

Em outra versão desse dilema, o do prisioneiro iterado, para obter-se a cooperação como estado de equilíbrio, o jogo se repete e os jogadores têm a possibilidade de castigar o outro jogador por não ter cooperado anteriormente, colocando o medo do castigo acima do desejo de defraudar, conseguindo dessa forma o melhor resultado para ambos através da cooperação.

O fato é que pode haver dois vencedores desse dilema, mas para isso os jogadores terão que se confrontar com situações de confiança entre eles.

Ao aplicar essa teoria dos jogos no jogo da sustentabilidade, tendo como parâmetro o dilema do prisioneiro a dificuldade está em chegar a um equilíbrio, pois este requer que o jogo seja jogado várias vezes, até que o sistema de punição e recompensa emerja espontaneamente. Podemos supor que os grandes eventos internacionais de encontro de líderes de Estado para discutir sustentabilidade, a exemplo da Rio + 20, podem ser considerados tentativas e avaliações (jogadas) que os países (jogadores) têm realizado para encontrar o equilíbrio de

Nash, como uma oportunidade das estratégias serem pensadas e decididas juntas, buscando o melhor resultado para os países. Porém, o que pode ser inferido dos resultados da conferência realizada em 2012 no Rio de Janeiro, o ponto chave do dilema do prisioneiro se faz presente: a dificuldade em realizar acordos cooperativos quando a lógica do capital permeia toda e qualquer jogada desse jogo da sustentabilidade. A ênfase da racionalidade econômica nas tomadas de decisão relacionadas à questão ambiental está presente neste trabalho, na análise do discurso do desenvolvimento sustentável.

Ao observarmos a ilustração relacionando-a com o enunciado principal “*Juntamos todas as peças. Venha com a gente para a Rio + 20!*” surgem alguns questionamentos: as imagens que compõem a ilustração representam quais peças do jogo da sustentabilidade? Quais os efeitos de sentido sobre sustentabilidade e sobre a Rio + 20 o conjunto dessa imagem pode produzir?

O título do encarte, ao afirmar que *todas as peças* estão representadas por imagens belas, agradáveis de serem vistas, alguma emblemáticas, nos leva a pensar que o jogo da sustentabilidade é um jogo amistoso, sem problemas e conflitos. Mas, ao observarmos atentamente, percebemos a ausência de algumas *peças*: não existe nenhuma imagem que faça alusão às atividades industriais, nenhuma referência à poluição e impactos ambientais de qualquer natureza, nenhuma representação de desigualdade social, de pobreza, nem de violência, etc., não encontramos nenhuma imagem que caracterize ênfase em problemas, sendo que estes constituem a gênese do discurso de sustentabilidade.

Se não pensarmos nas problemáticas ambientais com um olhar questionador que investigue suas razões e efeitos, que procure compreender como as relações se articulam, considerando que os elementos que se inserem nessa rede têm um caráter mais rizomático do que cartesiano – no qual a organização do caos se estabelece pelo controle, tolerância e aceitação da ordem estabelecida - a animosidade proposta pela imagem refere-se ao equilíbrio de Nash levado ao seu máximo, o que se obtém a partir da ordenação das peças do plano cartesiano, parece supostamente improvável discutir sobre possibilidades reais de solução.

A inserção dessa uma imagem de mundo representando o discurso ambiental da Rio + 20 nos leva a supor, ainda, uma ideia de sustentabilidade ligada à negação do conflito, uma visão *paz e amor*, alimentando uma perspectiva romântica, de harmonia e idealização da natureza, um posicionamento politicamente ingênuo que distorce e minimiza os problemas, banalizam os conflitos acreditando que simplesmente através da manutenção e correta gestão dos bens naturais os problemas ambientais poderão ser resolvidos.

Ao voltarmos à questão de todas as peças da Rio + 20 estarem representadas pelo encarte, gostaria de pedir licença ao leitor para me posicionar tanto como sujeito-pesquisador que aqui analisa o material que compõe o corpus deste trabalho, quanto como sujeito-participante do evento, atravessada pela vivência no espaço-temporal-histórico da problematização (não)representada na imagem.

Um exemplo importante relacionado a algumas das ausências que me saltam aos olhos nessa imagem é a ausência das discussões ocorridas durante o evento. Isso é ressaltado quando observamos outro encarte do projeto, presente em diversas revistas da Editora Abril durante as publicações da primeira quinzena de Junho de 2012, indicada a seguir.

Venha para a Rio+20!

A maior conferência global ocupará o Rio em junho. Líderes, celebridades mundiais e 50 mil pessoas debaterão os rumos do nosso planeta. O PLANETA SUSTENTÁVEL terá ações próprias e de parceiros em vários pontos da cidade, na cobertura do site e na mobilização pelas redes sociais para que você participe onde quer que esteja.

GLOBAL COMPACT - FORUM DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL
Empresas de todo o mundo discutem inovação e colaboração para o futuro que queremos. Restrito a convidados.
15 a 18/6, Hotel Windsor Barra
www.compact4rio.org

#rioplussocial
Encontro global, articulado nas mídias sociais, para envolver a comunidade on-line nas discussões da Rio+20. Presença de personalidades como Ted Turner, Pete Cashmore, Fabio Barbosa, Gero Brandtland e Luciano Huck.
18/6, Hotel Windsor Barra
www.rioplussocial.com.br

Visão BRASIL 2050
Lançamento do relatório nacional do Visão 2050, um planejamento estratégico rumo à economia verde para o setor empresarial brasileiro.
22/6, no Riocentro.
http://ocobd.wordpress.com

PLANETA NO PARQUE
Divirta-se com toda a família em um evento de informação e entretenimento.
16 e 17/6, Parque Garota de Ipanema
planetainoparque.com.br

"MUITO ALÉM DA ECONOMIA VERDE"
Lançamento do livro do economista Ricardo Abramoway @ECONOMIAQUEVERDE #novissimaeconomia
16/6, Forte de Copacabana

GREEN INNOVATION IN TOURISM
O Planeta Sustentável fala sobre inovações e ferramentas digitais para um turismo sustentável como o aplicativo Avenida Amazônia.
19/6, Senac Barra da Tijuca

GREEN PROJECT AWARDS (GPA)
Conheça projetos premiados de desenvolvimento sustentável realizados por indivíduos e entidades de todo o País.
19/6, Jardim Botânico
www.gpabrasil.com.br

REUNIÃO DO COMITÊ DO PLANETA SUSTENTÁVEL
Encontro com líderes, formadores de opinião e representantes da ONU e UN Foundation convidados.
21/6, Hotel Copacabana Palace

acompanhe nossa programação e a cobertura exclusiva em planetasustentavel.com.br

O PLANETA SUSTENTÁVEL produz conhecimento por um mundo melhor. Esta e outras 36 revistas e sites da Editora Abril participam deste projeto.

Realização: **Abril**, **CPFL ENERGIA**, **BUNGE**, **sabesp**, **BR PETROBRAS**, **CAMARGO CORRÊA**, **CAIXA**

#ofuturoagentefazagora planetasustentavel.com.br

Figura 2 – Encarte Planeta Sustentável publicado em revistas da editora Abril durante a primeira quinzena de junho/2012. (Anexo 2)

Neste encarte estão indicados eventos que ocorreram durante a conferência Rio + 20, como uma agenda para o leitor. Ao indicar os eventos que ocorreriam no Rio de Janeiro, destacam os que tinham a participação ou Ações dos parceiros deste projeto (Planeta Sustentável) além de ações com parcerias desse grupo e outras instituições. É possível observar que o encarte é composto por um mapa parcial da cidade, e possui elementos gráficos e textuais indicando os nomes dos eventos, locais, público indicado e horário.

Foram indicados para os leitores das trinta e sete revistas¹⁸ nas quais este encarte foi publicado, sete eventos, com isso, exclui por exemplo, referências ao maior de todos os eventos paralelos: a Cúpula dos Povos, realizada no Aterro do Flamengo.

A exclusão da Cúpula dos Povos foi produzida, também, pela não participação do projeto Planeta Sustentável. Esse projeto não fez referência a esse evento nas publicações que antecederam o encontro, apesar do mesmo ter tido uma participação de um público seis vezes maior do que a conferência oficial, conforme aponta o levantamento de participantes realizada pela prefeitura do município do Rio de Janeiro:

De acordo com as estatísticas da prefeitura, cerca de 45 mil pessoas estiveram no Riocentro, onde aconteceu o encontro dos chefes de Estado, e mais de 1 milhão de pessoas participaram dos eventos paralelos à Rio+20, principalmente da Cúpula dos Povos, que teve um público de 300 mil pessoas. (<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/turismo-movimentou-r-274-milhoes-durante-rio20-diz-prefeitura.html>, 2013)

Na introdução deste trabalho, já foram citadas algumas informações com a intenção de descrever, mesmo que parcialmente, a Cúpula dos Povos, mas neste momento da análise, torna-se relevante retomarmos os objetivos desse evento na tentativa de compreender as causas de sua ausência na publicação em questão, e conseqüentemente representando os elementos avaliados por mim como ausentes no jogo da sustentabilidade.

A Cúpula dos Povos teve como objetivo discutir as causas da crise socioambiental, apresentar soluções práticas e fortalecer movimentos sociais do Brasil e do mundo. As discussões realizadas durante o evento apresentavam abertamente uma crítica à racionalidade da economia verde, manifestando que esse conceito transforma recursos naturais em mercadorias, gerando maior concentração de riquezas, perda do controle público sobre territórios e bens comuns, além da contínua degradação do planeta.

A incompatibilidade dos focos da conferência oficial e da Cúpula dos Povos pode ser observada no título do documento apresentado dia 22 de junho de 2012, marcando o encerramento dos trabalhos, intitulado como “Declaração final Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental - Em defesa dos bens comuns, contra a mercantilização da vida” (<http://www.secretariageral.gov.br/internacional/consultapos2015/declaracao-cupula>, 2013). Em um trocadilho com a proposta de solução econômica, pode-se dizer que a

¹⁸ Dados quantitativos presentes no próprio encarte.

economia verde é bem simples: coloca preço sobre a água, sobre as plantas, sobre o ar, sobre os animais, basicamente o que a cúpula dos povos diz é que essas coisas não têm preço.

Os objetivos e discussões da Cúpula dos Povos abarcam muitos dos elementos não representados na ilustração das peças do jogo da sustentabilidade, as externalidades sociais, ambientais, culturais e éticas oriundas do modelo insustentável, essas ausências marcam a tendência do encarte apoiar-se no discurso do desenvolvimento sustentável em que o mercado é considerado o grande regulador social.

Ao voltarmos o olhar para um dos principais destaques da Conferencia Rio 92 encontramos o termo “desenvolvimento sustentável” sendo amplamente difundido e legitimado pelo evento como a grande esperança para resolução dos problemas. Na Conferência Rio + 20 a “economia verde” foi apresentada como uma nova forma de pensar os caminhos para a resolução das questões ambientais. Ora, depois de vinte anos os discursos são simplesmente os mesmos, seguindo o viés do desenvolvimento e da economia. Destaco ainda que, a única diferença identificada por mim é que, a proposta apresentada no evento de 2012 está ainda mais esvaziada do caráter social, o que torna mais clara a visão de que *é por e pela* economia que se acredita encontrar as soluções.

As presenças e ausências identificadas no discurso da sustentabilidade constituídas pelo projeto Planeta Sustentável, observadas analiticamente à luz da governamentalidade neoliberal, supõem uma racionalidade bastante clara presente na mídia como instrumento de subjetivação, que busca construir regimes de verdades sobre o tema, com ares de naturalidade, como se fossem criação social quase natural, que metaforicamente podemos ressaltar a afirmação de NIETZCHE: “após tanto uso, (afirmações/enunciados) parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias” (NIETZCHE, apud MASCIA, 2002, p.69).

5. Pontos sem nó/ ou Ponto de partida

Ao olhar com atenção para os efeitos de sentido e os possíveis atravessamentos que os discursos sobre sustentabilidade presentes nos textos midiáticos podem causar nas práticas de educação ambiental e, pautada em algumas ferramentas indicadas por Michel Foucault em suas obras e ainda, instigada a atender ao convite Veiga-Neto (2010) a “pensar de outro modo”, tenho me colocado durante todo este processo de pesquisa (e sentindo-me fortemente atravessada por ele) em uma “atitude de suspeita frente a tudo aquilo que é dado e que parece obvio e natural” (ibid p. 3).

A tessitura desse trabalho que buscou realizar uma análise dos efeitos de sentido sobre sustentabilidade presente nos encartes do projeto Planeta Sustentável passou pelo reconhecimento dos pontos do tear e os fios que tecem essa análise, situando o trabalho a partir dos atravessamentos que me levaram a realizar as escolhas envolvidas no desenvolvimento desta pesquisa, o movimento de deslocamento que os estudos foucaultianos me causaram, assim como a escolha por realizar o trabalho fazendo uso de ferramentas da análise do discurso.

Ao demonstrar de onde partem os fios realizei um ancoramento na Contemporaneidade como o tempo-espço no qual os discursos ambientais estão sendo produzidos, contextualizados por uma realidade em que a cultura do consumo e a competição vêm marcando corpos e mentes. Algumas normas que têm sido utilizadas para gerir as práticas de educação ambiental, constituindo-se como parâmetros legalmente institucionalizados, assim como seus atributos contribuíram para a construção da representação do solo epistemológico no qual se deu este trabalho.

Utilizar o conceito de governamentalidade - de Michel Foucault e outros que emergiram deste, como por exemplo, o de ecogovernamentalidade indicado por Mallete (2011) que insere questões relacionadas a natureza na centralidade das discussões político-econômicas - como uma ferramenta de análise, permitiram problematizar as racionalidades e os modos pelos quais as complexas relações entre as formas de poder se organizam para construção de verdades, no qual o mercado se tornou um constructo social como um foro privilegiado, compondo a subjetividade que faz da lógica mercadológica o grande regulador social e elemento catalisador dessas verdades.

Diante disso, esta investigação não teve a intenção de estabelecer uma “nova” verdade ou esgotar os efeitos de sentido dos discursos aqui problematizados. Meu intuito foi o de olhar

para alguns dos discursos naturalizados sobre sustentabilidade e, problematizando-os de modo a ampliar a busca por lentes que no possibilitasse desterritorializar o pensamento, desconstruir o que estava petrificado e nos parecia lógico, obvio, ou seja, o discurso que está “naturalmente” (im)posto.

Esta problematização sobre o que está (im)posto como discurso da sustentabilidade, coloca sob suspeita as verdades a ele vinculadas e, por isso, pode muitas vezes encontrar resistências, pois os discursos (im)postos nos colocam na condição de sujeitos situados num lugar confortável e com um futuro previsível.

Problematizar essas certezas ou essas verdades naturalizadas é um convite a um certo parto – ao nascimento para uma outra condição – por isso não há como omitir a dor ou o desconforto gerado ao sairmos de uma zona de conforto com verdades e certezas postas e nos deslocarmos para as confusas trilhas – muitas vezes obscuras – que nos levam as incertezas ou numa outra perspectiva às possibilidades da emergência novo que escapa das fissuras que a lente desconstrutiva nos apresenta.

Observados os fios, pontos e o tear que foram utilizados para a tessitura de minha busca por efeitos de sentido e seu possível atravessamento nas práticas de educação ambiental, aponto para um tipo de tecido no qual minha análise se pautou, um instrumento que se encaixa como um dispositivo pedagógico de mídia, uma ferramenta de ecogovernamentalidade, como um processo concreto de comunicação relacionado a subjetivação e ao saber-poder: o encarte do projeto Planeta Sustentável, que aborda a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, ocorrida em 2012.

Ao tentar identificar os urdimentos deste tecido, busquei reconhecer as condições de produção do discurso sobre sustentabilidade presente no encarte, pode ser constatado que todos os envolvidos na viabilização financeira do projeto Planeta Sustentável são grandes empreendedores, e que alguns deles estabelecem parcerias há décadas, unindo-se e fortalecendo-se com interesses em objetivos específicos a cada momento histórico, mas sempre pautados nas perspectivas liberais/neoliberais. Atualmente é a questão ambiental que se coloca como contexto histórico, e como muitos dos negócios desses patrocinadores - de maneira direta ou indireta - são responsáveis por impactos socioambientais, os mesmos fazem uso dos encartes como elemento de marketing verde para seus negócios.

O contexto dos lugares de produção desse discurso sobre sustentabilidade possibilita a percepção de relações de força que se estabelecem e que legitimam-se institucionalmente como verdades, normatizando formas de ser e de estar no mundo, agindo conforme indica Foucault (1999) como ortopedias discursivas, que se apoiam nos encartes como dispositivos

pedagógicos de mídia, naturalizando um discurso e construindo regimes de verdade sobre este tema.

Além do interesse acadêmico pelos discursos sobre sustentabilidade, outro interesse me acompanha - posso aqui nomeá-lo de interesse ativista. Esse interesse ativista foi se deslocando ao longo da pesquisa e neste momento – apesar de ainda se manter em movimento contínuo – o vejo como uma tentativa de problematizar algumas armadilhas que nos cercam ao tomarmos como verdadeiros alguns discursos que nos atravessam. Não se trata de procurar algo que esteja oculto e sim de olhar com outras lentes, tecer histórias a partir dos fios que se formam com as relações de poder. Seguir uma perspectiva instigada por Foucault que questiona e se propõe a discutir o porque um determinado enunciado se destaca e outro não. Segundo Foucault (2001):

toda sociedade controla e seleciona o que pode ser dito numa certa época, quem pode dizer e em que circunstâncias, como meio de filtrar ou afastar os perigos e possíveis subversões que daí possam advir. (apud LIMA 2003, p.02).

Problematizar e analisar os discursos sobre sustentabilidade presentes no projeto Planeta Sustentável, levou-me a perceber que este discurso (o do projeto) é atravessado pelo discurso do desenvolvimento sustentável presente no relatório de Brundtland¹⁹, o que reforça a hegemonia deste discurso e contribui para construção de uma visão superficial sobre sustentabilidade, vazia de dimensões sociais, políticas e históricas, que desconsidera a diversidade cultural e a ética, toda a complexidade que é inerente a sustentabilidade. Essa complexidade, que ao mesmo tempo torna o tema sustentabilidade tão intrincado, torna-se sua maior riqueza, pois quanto maior a quantidade de pontos de articulação entre elementos dentro do tema, tanto maiores serão os potenciais pontos de ação que permitem alguma forma de intervenção.

O discurso de sustentabilidade baseado no de desenvolvimento sustentável presente no projeto do Planeta Sustentável foi se construindo, legitimando e vem se naturalizando pela intensidade com que se fez presente nas diferentes revistas editadas pela Abril. Entendo que a quantidade de volumes (cerca de 38 revistas) bem como a variedade de perfis das revistas, atingindo 15 milhões de pessoas por ano, tornam esse discurso algo naturalizado conforme Navarro (2010) afirma “a mídia é um campo institucional em que o sujeito que nela fala é, ao

¹⁹ A considerações sobre o relatório de Brundtland estão presentes no item 4.1.3

mesmo tempo, aquele que pode dizer a verdade dos fatos” (p. 84). Assim, nesse processo de legitimação, o discurso do projeto Planeta Sustentável:

[...] que se proclama imparcial e comprometido com a apuração rigorosa dos fatos manifesta o desejo de ser aceito pela comunidade de leitores como discurso de verdade. Como esse discurso é uma imposição da ordem discursiva midiática, e tendo em vista que o real não se deixa apreender diretamente, o verossímil no jornalismo encontra-se em relação direta com o efeito de real construído discursivamente. (NAVARRO, 2010, p. 85)

Diante disso, torna-se necessário resgatar aqui da característica inicial do projeto Planeta Sustentável como uma proposta publicitária. Kelnner (1995) contribui com esta análise quando indica que a publicidade tornou-se um discurso público dominante, incidindo sobre estilos de vida, valores, papéis sociais deslocando e substituindo muitas vezes discursos políticos.

A base das propagandas está a serviço do mercado. As condições de produção analisadas e os lugares de onde partem esses discursos apontam para uma lógica mercantilista que procura alguma aderência com a questão ambiental em suas bordas que possibilite dar o “tom verde” nos discursos constituídos.

Além de funcionar como um instrumento de ecopolítica, de massificação de comportamentos ambientalmente adequados, o discurso ambiental atualmente tende a se tornar mais uma ferramenta de competição, mais um elemento a ser considerado na ecogovernamentalidade, imbuído da lógica neoliberal de competitividade.

A abrangência quantitativa do projeto Planeta Sustentável, com suas publicações mensais em mais de 30 revistas de abrangência nacional, além de constituir um dos maiores sites sobre o assunto no Brasil, seu discurso sobre sustentabilidade constitui um poder-saber que se capilariza através dessas ferramentas, se amplia nas redes e atinge os diversos espaços sociais.

A hegemonia e naturalização desse discurso como “o” discurso sobre sustentabilidade envolve alguns riscos, além da superficialidade com a qual esse assunto vem sendo constituído nos saberes dos brasileiros, sem dimensão da complexidade que o tema exige, outro risco que identifique é o de acreditar que o caminho que tem levado a sociedade para cultura do insustentável – a economia e o mercado como reguladores sociais, que este mesmo caminho, agora “pintado de verde” pode nos levar para a construção da cultura da sustentabilidade.

Compactuando de uma visão de currículo como discurso, a importância da publicidade para educação pode ser apresentada por diversos aspectos. A publicidade é uma pedagogia que atravessa os sujeitos em suas formas de pensar, seus desejos, visões de mundo, valores, comportamentos. Segundo Kelnner (1995) “a publicidade é um texto social importante que fornece um repositório de informações, [...] são textos culturais multidimensionais” (p.112).

A educação ambiental pode se caracterizar como um desses espaços nos quais o currículo como discurso supõe o atravessamento bastante significativo através dos encartes que compõe o projeto Planeta Sustentável. As práticas educativas que edificam os saberes sobre meio ambiente, são desenvolvidos muitas vezes por educadores que baseiam seus conhecimentos e utilizam como material de apoio também as publicações do Planeta Sustentável, dessa forma estão subjetivados por esse mesmo discurso de sustentabilidade pautado na lógica do mercado, esvaziado de potencial problematizador sobre a complexidade inerente das causas e consequências de problemáticas socioambientais.

Assim, as escolas passam a ecoar os mesmos discursos que estão presentes nas mídias, potencializando ainda mais o discurso de sustentabilidade embebido da lógica neoliberal como uma “verdade” constituída e legitimada, dessa vez pela escola. Muitas vezes a escola pode acreditar que está propondo uma ideia diferente, mais ao ser atravessada por esse discurso superficial, a prática pedagógica não está se pautando em nada inovador que possa fazer a diferença, e sim está fazendo mais do mesmo, ou seja, a mesma lógica do mercado que vem criando os problemas são pensados como a solução.

Um dos riscos para os sujeitos que são subjetivados e atravessados por um discurso repetitivo e superficial constituindo seus saberes sobre sustentabilidade é que ele, ao perceber que o mesmo não traz diferenças significativas para minimizar e resolver os problemas ambientais, pode despertar um sentimento de incredulidade no potencial de mudança e transformação da situação real, podendo alimentar o senso comum de que *não adianta fazer nada, e que as mudanças não ocorrem*, fortalecendo a passividade frente às questões coletivas da humanidade.

[...] se as pessoas construírem uma ideia simplista de que será fácil, quando perceberem a complexidade da questão da sustentabilidade se sentirão enganadas e desmotivadas a continuar, aí então teremos mil vezes mais trabalho pra desconstruir a antiga ideia de sustentabilidade e construir uma nova. (FRANCO, 2011, p. 45)

Pensar de outros modos leva a um estranhamento em relação ao já pensado e as propostas que circulam atualmente no campo da sustentabilidade, e o quanto a partir desse estranhamento pode-se compreender o caráter arbitrário e provisório das verdades que aportam o pensamento sobre sustentabilidade. Para Veiga Neto (2010) “só é possível uma crítica social – e conseqüentemente, educacional - [...] se assumirmos tal estranhamento em relação ao já pensado e aos fundamentos que sustentam esse já pensado” (p. 3).

Pensar de outro modo não significa pensar mais do mesmo, não é simplesmente aumentar o volume ou sua complexidade do pensamento. É pensar para fora, sem saber de antemão onde se vai chegar; é sair da zona de conforto, é ousar, é estar aberto para discordar de seu próprio pensamento é permitir-se pensar o não pensado²⁰.

Pensar o não pensado é um aprendizado árduo, pois é muito mais fácil nos posicionarmos com base em algo já estabelecido do que criar, pensar no diferente. “É óbvio que a ‘deixar como está’ implica bem menos esforço do que o ‘mudar aquilo que está aí’. Deixar como está não exige nenhuma engenhosidade” (VEIGA-NETO e LOPES, 2010, p. 10).

Os discursos presentes no encarte do projeto Planeta Sustentável parece-me não estar comprometido com novas formas de pensar, e sim com a manutenção da racionalidade neoliberal cada vez com uma nova maquiagem. Essa estratégia não é nova, foi assim com o desenvolvimento sustentável lançado na Rio 92, agora com a proposta de Economia Verde cunhada durante a Rio + 20.

Atravessada e estimulada por essas ideias, esse texto se coloca como um ponto de partida, e não uma conclusão de leituras e de análises possíveis sobre os discursos de sustentabilidade. Respeitando toda a grandeza das contribuições intelectuais de Foucault e de seus comentadores, peço licença para juntar minha voz à deles nesse convite para pensar de outros modos.

²⁰ Baseada na palestra proferida por Veiga-Neto em 11/05/2013 na Universidade São Francisco.

Referências

BARRETO, Larissa Santana et al. **Uma introdução à teoria dos jogos**. Disponível em <www.mat.puc-rio.br/~hjbortol/bienal/M45.pdf> Acessado em 05 de março de 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação de pessoas em mercadorias**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais – Introdução**. Brasília, 1997. (ensino de 5ª a 8ª série)

²BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente, saúde**. Brasília, 1997. (ensino de 1ª a 4ª série)

³BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente, saúde**. Brasília, 1997. (ensino de 5ª a 8ª série)

⁴BRASIL. Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação geral de educação ambiental. 3.ed. Brasília: MMA, 2005

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.) **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

Castro, Edgardo, *El Vocabulario de Michel Foucault*, Buenos Aires, Prometeo, 2004.

CONHECIMENTO, Disponível em: <<http://origemdapalavra.com.br/palavras/conhecimento>> Acessado em 12 de fevereiro de 2013.

CONSCIÊNCIA, disponível em: <<http://origemdapalavra.com.br/palavras/consciencia>> Acessado em 12 de fevereiro de 2013.

CORACINI, Maria J. R. F. Identidades múltiplas e sociedade do espetáculo: impacto das novas tecnologias de comunicação. In CORACINI, Maria J. R. F.(org). **Práticas identitárias: língua e discurso**. São Carlos: Clara Luz, 2006.

CÚPULA DOS POVOS. Disponível em: <<http://cupuladospovos.org.br/>, acessado em 15/11/2012> <http://www.rio20.gov.br/clientes/rio20/rio20/sobre_a_rio_mais_20/o-que-e-cupula-dos-povos.html> Acessado 03 de março de 2013.

DECLARAÇÃO FINAL Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental - Em defesa dos bens comuns, contra a mercantilização da vida. Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/internacional/consultapos2015/declaracao-cupula>> Acessado em 30 de março de 2013.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre, 2005.

FIMYAR, Olena. Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais. In **Educação e Realidade**. Maio-agosto, 2009.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico de mídia: modos de educar na (e pela) TV. In **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n.1. Janeiro/Junho, 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

_____, Michel. **A ordem do discurso**. 21.ed. São Paulo: Loyola, 2011.

_____, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final de texto Léa Porto de Abreu Novaes. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

_____, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FRANCO, Maria Cristina Muñoz. **Educação Ambiental: um sonho que se sonha junto**. Bragança Paulista: ABR Editora, 2012.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GALLI, Fernanda Correa Silveira. Práticas contemporâneas: fabricação de discursos e de “novos” regimes de verdade. In CORACINI, Maria José et al. **Da letra ao pixel e do pixel à letra: uma análise discursiva do e sobre o virtual: identidade, leitura, escrita, formação de professores e ensino aprendizagem de língua**. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

GALLO, Silvio D.; VEIGA-NETO, Alfredo. **Ensaio para uma filosofia da educação**. São Paulo: Segmento. N.3 (Especial Foucault para educação), mar. 2007.

GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental crítica. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.) **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O desafio ambiental. Os porquês da desordem mundial – mestres explicam a globalização**. Organizador Emir Sader. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GRUPO ABRIL. Disponível em <http://javiervillanuevaliteratura.blogspot.com.br/2013/05/os-civita-o-poder-e-os-governos.html>. Acessado em 3 de junho de 2013.

HENNING, Paula Correa. RATTO, Cleber G. GARRÉ, Barbara H. Educação **Ambiental, mídia e biopoder**. Disponível em:

<<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT22-6233--Int.pdf>> Acessado em 17 de janeiro de 2013.

JOGO. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Jogo>> Acessado em 15 de novembro de 2012.

KHOURI, Mauro Michel El. **Rizoma e educação: contribuições de Deleuze e Guattari.**

Disponível em:

<http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/198.%20rizoma%20e%20educa%C7%C3o.pdf> Acessado em 27 de março de 2012.

LARROSA, Jorge & SKLIAR, Carlos. (Orgs.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LAYRARGUES, P. P; LIPAI, E. M.; PEDRO, V. V. A. Educação Ambiental e a escola: tá na lei. In: Mello, S.; Trajber, R.. (Org.). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental.** Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

LEONETI, Alexandre B. et al. O equilíbrio de Nash como uma solução para o conflito entre eficiência e custo na escolha de sistemas de tratamento de esgoto sanitário com o auxílio de um modelo de tomada de decisão. In **Engenharia Sanitária Ambiental**, v.15 n.1, jan/mar 2010.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, NEPAM/UNICAMP, Campinas, vol. 6, nº 2, jul-dez, 2003.

LIMA, Venício A. Revisitando o poder da mídia. In **Observatório de imprensa**. nº 631, 2010. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/revisitando_o_poder_da_midia> Acessado em 24 de março de 2013.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elisabeth. **Teorias de currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação ambiental crítica: Contribuições e desafios. In: **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola.** Ministério da Educação/MEC – Departamento de Educação Ambiental. Brasília: UNESCO, 2007.

LUZ, Marcelo Giovannetti Ferreira. O discurso: estrutura ou acontecimento. In **Revista linguagem Universidade federal de São Carlos**, julho/dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao17/res_luz.php> Acessado em 26 de março de 2013.

MACIEL, Fabrício. **Construção nacional e aprendizado político: o saber-poder da brasilidade**. CRH, Salvador, v. 23, n. 60, p. 559-577, Set./Dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n60/v23n60a08.pdf>> Acessado em: 22 de novembro de 2012.

MALETTE, Sébastien. Foucault para o próximo século: ecogovernamentalidade. In **Revista Ecopolítica**, n.1, 2011. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/7654>> acessado em 05 de outubro de 2012.

MARSHALL. James. Governamentalidade e educação liberal. In SILVA, Tomas Tadeu (org). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. 8. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2011.

MARX, Karl. **Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política**, 1859.

Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/contcriteconpoli/>> acessado em 09 de novembro de 2012.

MASCIA, Márcia A. Amador. **Investigações discursivas na pós-modernidade: uma análise das relações do poder-saber do discurso político educacional da língua estrangeira**. Campinas, Mercado das Letras, Fapesp: 2002.

MAZETTI, Henrique. O consumo consciente e a governamentalidade neoliberal. In **Mediação**, Belo Horizonte, v.14, n.14, janeiro/junho de 2012.

NIETZSCHE, Frederico. **Assim Falava Zaratustra**. Tradução base. José Mendes de Souza. Versão para eBook. eBooksBrasil.com. Fonte Digital. Digitalização de edição em papel, 2002.

NOTICIA SOBRE CÚPULA DOS POVOS Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/turismo-movimentou-r-274-milhoes-durante-rio20-diz-prefeitura.html>> Acessado em 29 de março de 2013.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas (SP): Pontes; 1999.

PALHARINI, Luciana. Conhecimento disciplinar: (im)possibilidades do discurso sobre a problemática ambiental. **Pesquisa 38 em Educação Ambiental**, v.2, n.2, p. 29-48, 2007.

PEREIRA, Ariane Carla. Efeito estufa e aquecimento global: a discursivização do meio ambiente pela mídia. In SEBRIAN, Rafael N. N. (org) **Humanidades: diálogos e saberes..** Campinas: Pontes editora, 2010.

PROJETO PLANETA SUSTENTÁVEL. Disponível em <<http://planetasustentavel.abril.com.br/>> Acessado em 16 de novembro 2012.

<http://www.ccsp.com.br/ultimas/23591/resultado-busca> Acessado em 3 de Junho de 2013.

<http://planetasustentavel.abril.com.br/blog/planeta-em-acao/planeta-e-tema-de-reportagem-na-revista-mundial-fipp/> Acessado em 3 de junho 2013.

PETERS, Michael. Governamentalidade neoliberal e educação. In SILVA, Tomas Tadeu (org). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. 8. Ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2011.

REVISTA NOVA ESCOLA, edição n. 249, Editora Abril. Janeiro/Feveireiro 2012.

RIO + 20. Disponível em <www.onu.org.br/rio20> Acessado em 19 de novembro de 2012.

SAMPAIO, Shaula Máira V.; GUIMARÃES, Leandro B. O dispositivo da sustentabilidade: pedagogias no contemporâneo. In **Perspectiva**, v. 30, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2012v30n2p395>> Acessado em 17 de janeiro de 2013.

SARAIVA, Karla; VEIGA-NETO, Alfredo. Modernidade líquida, capitalismo cognitivo e educação contemporânea. In **Educação & Realidade**. Maio/Agosto, 2009.

SENA FILHO, Davis. Civita e o DNA da direita radical. Disponível em <http://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/103331/>. Acessado em 03 de junho de 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu. Alienígenas na sala de aula. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/54524569/Tomaz-Tadeu-da-Silva-Alienigenas-na-Sala-de-Aula>. Acessado em 10 de Julho de 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução a teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SOUZA, Tania C. Clemente. **Discurso** e Imagem: perspectivas de análise do não verbal. In **Revista Ciberlegenda**, n.1, 1998. Disponível em <http://www.uff.br/mestcii/tania1.htm> Acessado em 29 de março de 2013.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** [tradução Giane Lessa]. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

TAVARES, Edgley Freire. **Foucault e os estudos do discurso em linguística aplicada**. Revista eletrônica de divulgação científica em língua portuguesa, linguística e literatura. Ano 05, nº11. 2º semestre de 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Currículo, disciplina e interdisciplinaridade**. São Paulo: FDE — Série Idéias, n. 26, 1995 p. 105-119.

_____, Alfredo. Governo ou governmento. In **Currículo sem fronteiras**, v.5, n.2. Julho /Dezembro de 2005.

_____, Alfredo. **Foucault & a Educação**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____, Alfredo. Crise na modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. In **Sísifo/ Revista da Ciência da Educação**. n.7. Setembro/Dezembro, 2008.

_____, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. **Para pensar de outros modos a modernidade pedagógica**. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v. 12, n. 1, 2010.

ZUBEN, Fernando J. Von. **Teoria dos jogos.** Disponível em <ftp://ftp.dca.fee.unicamp.br/pub/docs/vonzuben/ea072_2s06/notas_de_aula/topicoP2.7_06.pdf> Acessado em 05 de março de 2013.

PLANETA
sustentável

Juntamos todas as peças. Venha com a gente para a Rio+20!

Em junho de 2012, os 193 países-membros das Nações Unidas estarão reunidos no Rio de Janeiro para discutir os rumos econômicos, sociais e ambientais do planeta. E o Brasil é o protagonista desse encontro.

O futuro a gente faz agora

Como sétima economia do mundo, a maior potência ambiental por seus recursos naturais e uma sociedade democrática, multétnica e alegre, o Brasil desponta aos olhos do mundo como um líder natural da transição para um novo modo de viver e produzir, baseado em um desenvolvimento sustentável e com inclusão social.

Entre agora no site e assine o boletim PLANETA na Rio+20, com informações essenciais e dicas de como participar deste momento histórico.

Perfil e comunidade: [PLANETA sustentável](#)

[@planetavel](#)

[planetavel](#)

Participando

1 Abril

CPFL

BUNGE

6

BR

PETROBRAS

CAIXA

www.planetasustentavel.com.br

O PLANETA Sustentável produz conhecimento para despertar a consciência das pessoas por um mundo melhor. Essa e outras 38 revistas e sites da Editora Abril participam deste projeto.

Anexo 2

Venha para a Rio+20!

A maior conferência global ocupará o Rio em junho. Líderes, celebridades mundiais e 50 mil pessoas debaterão os rumos do nosso planeta. O PLANETA SUSTENTÁVEL terá ações próprias e de parceiros em vários pontos da cidade, na cobertura do site e na mobilização pelas redes sociais para que você participe onde quer que esteja.

BARRA DA TIJUCA

- GLOBAL COMPACT – FÓRUM DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL**
Empresas de todo o mundo discutem inovação e colaboração para o futuro que queremos. Restrito a convidados.
15 a 18/6.
Hotel Windsor Barra
www.compactforum.org
- #RioPlusocial**
Encontro global, articulado nas mídias sociais, para envolver a comunidade on-line nas discussões da Rio+20. Presença de personalidades como Ted Turner, Pete Cashmore, Fábio Barbosa, Gro Brundliand e Luciano Huck.
19/6, Hotel Windsor Barra
www.riomaisocial.com.br

PARQUE TIJUCA

- GREEN INNOVATION IN TOURISM**
O Pavão Sustentável fala sobre inovações e ferramentas digitais para um turismo sustentável, como o aplicativo Aveo da Amazônia.
19/6, Senac Barra da Tijuca

PARQUE GAROTA DE IPANEMA

- PLANETA NO PARQUE**
Divirta-se com toda a família em um evento de informação e entretenimento.
16 e 17/6, Parque Garota de Ipanema
planetainoparque.com.br
- "MUITO ALEM DA ECONOMIA VERDE"**
Lançamento do livro do economista Ricardo Abramovsz, @EComaisqueVERDE #riomaisaeconomia
16/6, Forte de Copacabana

PRAIAS DE IPANEMA

- "NOVAS IDEIAS PARA O FUTURO DA AMAZONIA"**
Exibição do documentário produzido pelo Pavão Sustentável, para os delegados da Conferência.
17/6, Riocentro

PRAIAS DE COPACABANA

- GREEN PROJECT AWARDS (GPA)**
Conheça projetos premiados de desenvolvimento sustentável realizados por indivíduos e entidades de todo o País.
19/6, Jardim Botânico
www.gjabrasil.com.br
- REUNIAO DO COMITE DO PLANETA SUSTENTAVEL**
Encontro com líderes, formadores de opinião e representantes da ONU e UN Foundation convidados.
21/6, Hotel Copacabana Palace

FLAMENGO

- Acompanhe nossa programação e a cobertura exclusiva em planetasustentavel.com.br**

Redes Sociais

- @planetastavel @EComaisqueVERDE
- planetastavel noplusocial

Patrocinadores

- BR PETROBRAS
- BUNGE
- CPFL ENERGIA
- Abrii
- CAIXA
- CAMARCO CORREA

Organizador

O PLANETA SUSTENTÁVEL produz conhecimento por um mundo melhor. Esta e outras 316 revistas e sites da Editora Abril participam deste projeto.

#ofuturoagentefazagora planetasustentavel.com.br